



FOTO: GIOVANNA RAMOS

Bairro Vila Mariana abriga patrimônio mundial do café

Local funciona como centro de pesquisa, preserva a cultura mais importante do Brasil e recebe visitantes de todo o mundo. (pág. 15)

ONG ampara crianças em situação de rua e promove volta ao lar

Com foco na reinserção familiar, Projeto Quixote desenvolveu metodologia de 'reMÁTRIamento' para restaurar vínculos e devolver sonhos a menores em vulnerabilidade social da capital paulista. (pág. 3)

ENTREVISTAS



FOTO: JOÃO PAULO SOARES

Aos 76 anos, padre Júlio Lancellotti (foto) fala sobre 'partilhar o pão' na luta contra a fome. (pág. 5)

Vereadora Amanda Pachcoal diz que 'hostilidade' trava discussões de pautas inclusivas. (pág. 7)

Calçadas irregulares dificultam mobilidade

Falta de padronização, obstáculos e buracos tornam a circulação um desafio diário para idosos e pessoas com deficiência do bairro. (pág. 9)

Sebo se consolida como espaço artístico

Praia dos Livros se inspira nas livrarias espanholas para oferecer experiências culturais em ambiente de socialização. (pág. 13)

Boteco A Juriti mantém tradição há 70 anos

Bar administrado pela mesma família aposta em cardápio clássico e boa conversa para reforçar 'raiz da velha guarda'. (pág. 16)



FOTO: MARCELA MUNIZ

Ex-moradores lutam por tombamento da Vilinha

Demora de decisão do Conpresp ameaça apagar um dos poucos respiros de memória e preservação da Vila. Para população, movimento é reflexo da especulação imobiliária (pág. 4)

Para resistir é preciso sonhar

Toda criança deveria ter direito de sorrir, brincar, sonhar. Mas a realidade de um Brasil desigual impacta fatalmente a vida de pequenos que não têm o básico: um alicerce familiar. Sem alternativas, quase 10 mil menores em situação de alta vulnerabilidade buscam abrigo nas ruas, 96% deles estão em São Paulo, a maior metrópole do país. Para muitos, esse retrato doloroso que escancara nossas mazelas já seria o suficiente para desistir da ideia de um futuro próspero. Mas, para a equipe do Projeto Quixote, ONG que atua na Vila Mariana há quase 30 anos, recriar laços afetivos é a chave para reverter o abandono infantil e resistir às estatísticas.

Nesta edição, o FAPCOMUNICA propõe uma reflexão sobre o reingresso dessas crianças e adolescentes a um lar digno e seguro a partir de políticas que valorizam a educação, a cultura, a saúde e, sobretudo, a convivência com a família. Denominada reMÁTRIAMENTO, a metodologia de trabalho da instituição também foca no acolhimento das mães para que, por meio delas, os menores tenham de volta o direito de amar, compartilhar afetos e viver em harmonia, apesar das dificuldades de quem luta uma batalha desigual.

Por falar em partilha na perspectiva ideológica, nossos alunos entrevistaram o padre Júlio Lancellotti para compreender os desafios diários de quem ajuda a combater a fome na capital paulista. O religioso atua na paróquia São Miguel Arcanjo, na Mooca, e explica a importância do projeto Pão do Povo na Rua, que distribui 1.200 pães aos moradores daquela região. Basta ler as frases do pároco para entender: o que incomoda não é o gesto de caridade, mas o quanto essa postura denuncia as falhas de um Estado que, segundo o sacerdote, não volta o olhar à população pobre. E aí, crianças sem quaisquer privilégios perdem a chance de sonhar. Ou você nunca parou para pensar nisso?

Para seguir com esta provocação, as próximas páginas também trazem a história de resistência e esperança dos moradores da vilinha histórica localizada na Avenida Conselheiro Rodrigues Alves. Há mais de uma década, a comunidade local luta pelo tombamento do espaço. E

como o pertencimento é importante, nossa reportagem mostra o protagonismo de uma criança que usou as mídias sociais para denunciar como a verticalização ameaça a demolição de casas históricas, hoje, abandonadas. Ao debater o senso comunitário, o acolhimento, o simbolismo de um lar, retomamos à pauta inicial deste jornal: laços fortalecem pessoas e estimulam a luta por um ideal. Para o garoto Pedro, de apenas 12 anos, preservar a memória daquele local sinaliza a vitória da comunidade.

Aliás, se pudéssemos – na verdade, podemos – escolher uma palavra para definir esta edição seria resistência. Nossos alunos ouviram Sissi Girl, uma transformista de 55 anos que encara todos os preconceitos motivada a colorir as ruas de São Paulo, mesmo diante dos medos da velhice e da solidão. Mas não acaba por aqui. Na página seguinte, a vereadora Amanda Paschoal fala com exclusividade ao FAPCOMUNICA sobre como se tornou uma voz potente na defesa dos direitos de pessoas trans, mesmo em um ambiente hostil e que pressiona a minoria a desistir. Ela é mais um exemplo de como enfrentar o sistema político para valorizar pautas inclusivas de forma sensível. E voltamos a ter esperança.

Esperança, expectativa, fé, confiança. Seja qual for o substantivo – repare que todos aqui são femininos –, a leitura deste jornal talvez traduza esse sentimento de acreditar que se cada um cumprir o papel social, as possibilidades são infinitas. E, sim, nossos estudantes cumprem a premissa do jornalismo comunitário ao destacarem problemas locais ignorados pela iniciativa pública, como a falta de acessibilidade nas calçadas do bairro, sem qualquer padronização e com obstáculos que prejudicam, especialmente, pessoas com mobilidade reduzida. Nossa equipe também denuncia como a ausência do poder Executivo na região da Vila Mariana obriga os moradores a se mobilizarem para que a Lei do Psu seja respeitada.

Não por acaso, respeito é a segunda palavra que pauta esta edição, com reportagens sobre a invisibilidade dos porteiros de condomínios e sobre professores da rede pública, muitos dos quais sacrificam o tempo de descan-

so para ajudar pessoas com ansiedade ou deficiências. Essa é a rotina dos educadores da Escola Estadual Basílio Machado, que apostam no esporte como alternativa para promover a inclusão, e dos docentes do Colégio Rodrigues Alves, que funciona como EJA (Ensino de Jovens e Adultos) e acolhe estudantes de todo o estado de São Paulo que não concluíram os estudos, muitos deles com algum déficit de atenção, com Síndrome de Down leve, TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade) ou outros transtornos.

E para mostrar que até os bichinhos têm função essencial para manter o equilíbrio da cidade, trouxemos uma reportagem sobre o Planeta Inseto, um casarão da década de 1940 que coloca a Vila Mariana como o primeiro bairro a abrigar um Jardim Zoológico focado em insetos em toda a América Latina. Aqui na Vila também está localizado o maior cafezal urbano do mundo, que pertence ao Instituto Biológico de São Paulo e foi plantado em 1955. O espaço funciona como uma área de pesquisa de controle de pragas e manejo sustentável do café, além de receber visitantes dos quatro cantos para experimentar o cultivo e a coleta do fruto responsável por parte das riquezas econômica e cultural do país.

Mas nem só do famoso cafezinho nacional vive a população, o FAPCOMUNICA voltou ao conhecido Cine Belas Artes, o REAG Belas Artes, que fica na esquina da Avenida Paulista com a Rua Consolação, para provar que o cinema de rua não só resistiu como se consolidou como um dos mais tradicionais da capital. É memória viva. É respeito com os visitantes e com os moradores, que, aliás, nem precisam sair do bairro para preservar a tradição de frequentar um bom boteco. E podemos provar. Esta edição conta a história do bar A Juriti, um estabelecimento fundado há 70 anos por imigrantes portugueses, que só resistiu porque os familiares envolvidos sonharam, acreditaram, realizaram e se radicaram como patrimônio do bairro. E aí, vai um café para acompanhar essa leitura?

RITA DONATO

Destaques da edição

“O espaço urbano precisa ser pensado para todos, e começa pelo chão em que pisamos”

Tainá Silva –
estudante e cadeirante

“Nós não podemos excluir nenhuma criança da escola, todos têm direito à educação”

Maria Teresa Eglér –
pedagoga, mestre e doutora em Educação

“Se você não ensina uma criança a imaginar, ela vai entender que não consegue”

Maxell Guedes –
psicólogo especializado em abordagem existencial-humanista

“É importante que esses lugares permaneçam vivos, são retratos de uma época”

Moacir Assunção –
jornalista e historiador

FAPCOMUNICA

Ano 12 | Nº 22 | Abril de 2026

Impressão: Gráfica Paulus
Tiragem 2.000 exemplares

FAPCOMUNICA é o jornal laboratório da FAPCOM, um projeto de extensão dos estudantes de Jornalismo que praticam habilidades e se comunicam com a comunidade por meio de reportagens que impactam a sociedade local. FAPCOM - Faculdade Paulus de Comunicação | Endereço: Rua Major Magalhães, 191 - Vila Mariana - São Paulo/SP - 04017-030 | Telefones: (11) 0800 709 8707 (11) 2139-8500 | www.fapcom.edu.br | **EXPEDIENTE:** Direção: Pe. José Erivaldo Dantas | Coordenação Acadêmica de Jornalismo: Rita Donato | Conselho Editorial: Pe. Erivaldo Dantas, Profa. Rita Donato, Prof. Bruno César dos Santos, Profa. Luma Oliveira | Coordenação de Redação e Edição: Profa. Rita Donato - Mtb 50.059 | Projeto Gráfico e Coordenação de Diagramação: Profa. Luma Oliveira | Capa: Profa. Luma Oliveira | Revisão: Prof. Bruno César dos Santos | Produção: alunos do 3º semestre de Jornalismo - 2025/2 (matutino e noturno).

EntreFocos é o portal de notícias produzido pelos alunos do 3º e do 5º semestre: www.entrefocos.com.br | Estudantes do 5º semestre também produzem conteúdos jornalísticos para o Instagram do portal: @entrefocosjr | Coordenação de Redação e Edição: Profa. Rita Donato e Profa. Patrícia Basílio.

ONG ajuda crianças no retorno para casa

Reinserção familiar é principal ferramenta contra o abandono infantil

Fome, frio, medo, abandono e violência são alguns dos desafios que acometem os mais de 10 mil menores de idade que vivem em extrema vulnerabilidade nas ruas do Brasil, segundo estudo do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). A cidade de São Paulo abriga 96% desse número. Publicadas em julho de 2025, as estatísticas refletem uma realidade que projetos como o Refugiados Urbanos tentam enfrentar diariamente, reinserindo crianças e adolescentes que transitam ou vivem nas ruas da capital.

O Refugiados Urbanos é um dos cinco programas que compõem a grade do Projeto Quixote, ONG que atua há quase 30 anos na Vila Mariana. O programa desenvolveu a metodologia “reMÁTRIamento”, termo que substitui “repatriamento”, já que na maioria dos lares brasileiros o alicerce familiar são figuras femininas.

O processo até a volta para casa não é imediato, com início na fase de aproximação. Uma das ferramentas utilizadas é a “mochila lúdica”, que reúne brinquedos e materiais com os quais os voluntários possuem afinidade. O propósito é criar conexão, despertar curiosidade e facilitar a interação de forma leve e espontânea. A partir dessa confiança, os jovens passam a compartilhar histórias e interesses, permitindo o desenvolvimento de planos de ação e atividades personalizados, respeitando os limites e vontades de cada um. Apesar de não abrigar as crianças, o projeto tenta encaminhá-las a locais seguros e realiza visitas de acompanhamento, para dar o suporte necessário.

Segundo o psicólogo Maxwell Guedes, especializado em abordagem existencial-humanista, diversos fatores contribuem para que menores busquem abrigo nas ruas, com destaque para o contexto social em que estão inseridos. Ele aponta para a importância do senso de comunidade no desenvolvimento psicológico e social na infância e destaca que a falta de acesso ao cuidado impacta a construção da identidade. “O desenvolvimento psíquico é sempre mesclado com o outro, como se fosse um espelho. Se você não tem esse convívio, você tem dificuldade até de se ver e formar e enquanto pessoa. E isso pode, inclusive, trazer malefícios na vida adulta”, comenta.

A família é o primeiro núcleo de convívio social, e para ele, analisar e entender esse vínculo é essencial para assegurar o sucesso do atendimento de crianças em vulnerabilidade. “A abordagem nunca é só com a criança, que, muitas vezes expressa os sintomas do grupo familiar.”

Raphael Boemer, coordenador do Refugiados Urbanos, comenta sobre as ocupações em áreas de dutos da Petrobras, onde mais de 400 famílias constroem moradia mesmo com o risco de explosões e vazamentos de combustível. Ele defende que o que diferencia viver na rua de viver em um “barraco” precário é a presença da família e afeto. Assim, ele destaca que, embora seja difícil organizar uma família em meio à pobreza, esse trabalho

é essencial.

O caso de um dos meninos atendidos pelo programa traduz essa importância. O coordenador lembra que o garoto, à época, entre 8 e 10 anos, era um dos casos mais difíceis. Depois de muito esforço, a equipe chegou à família e iniciou acompanhamentos semanais, atravessando a cidade para acolher a mãe e ajudá-la a organizar o tratamento de saúde mental. “Foi um dos casos que seguimos as fases várias vezes, com altos e baixos, um processo muito longo. Mas uma hora assentou. Eles conseguiram se juntar e se organizar.”

O garoto participou da Copa do Mundo dos Meninos de Rua, realizada na África do Sul, um evento que reunia jovens em situação de vulnerabilidade de diversos países, e que tinha um valor simbólico importante: mostrar que eles também tinham direito de sonhar. Anos depois, os dois se reencontraram pelas redes sociais. Hoje, o rapaz está casado e tem uma filha.

Mas nem todas as trajetórias tiveram finais felizes. Uma das histórias marcantes do projeto é a de uma menina atendida dos 9 aos 23 anos. Muito ligada à mãe, que a rejeitava, ela escolheu, já adulta, retornar para as ruas do centro de São Paulo. “A frase que me marcou muito, foi a última vez que eu a vi, ela falava. ‘Hoje a Cracolândia é minha casa, porque a minha mãe não me quer e aqui as pessoas cuidam de mim’”, comenta o coordenador.

Ele recorda que, entre os 15 e 16 anos, a mesma jovem contou que estava apaixonada e namorando pela primeira vez, depois de uma infância marcada por abusos e exploração sexual. Boemer atua na área social do Projeto Quixote há 18 anos, também professor de educação física e pós-graduando de psicopedagogia e coordenação pedagógica, reflete sobre como julgar se um atendimento deu certo ou não, e destaca que esse resultado não se mede apenas por números. “Cada ‘sacadinha’ nova de significado, proporcionar alguma coisa melhor, diferente daquela situação de vulnerabilidade extrema. A gente entende que o trabalho precisa ter questões quantitativas, mas, a qualidade do trabalho, o significado para o outro tem um peso muito maior.”

DESAFIOS REAIS

Guedes, que atende pelo SUS (Sistema Único de Saúde), aponta para ineficácia de implementação de políticas públicas de qualidade. Ele destaca

Quando uma criança tem desejo de alguma coisa, já foi uma vitória. Já virou aquela chavinha do sofrimento

Raphael Boemer,
coordenador do
Refugiados Urbanos



CAMINHO: Acesso à família, cultura e educação transformam sonhos em possibilidades
FOTO: LAURA ALVES VIEIRA

que ofertar o serviço não é suficiente, é necessário que a população consiga acessá-lo. “O sistema também precisa ir até a pessoa. Principalmente crianças e adolescentes. O sujeito está se formando. Então, é importante que alguém caminhe com ele”, afirma.

Já Boemer destaca a invisibilização como um dos maiores desafios. “Eles são invisíveis. Já vi um menino deitado e as pessoas passando por cima, como se fosse uma caixa de papelão.” E afirma

que, como sociedade, todos somos responsáveis por essas crianças. Ele também denuncia a ausência de dados que expliquem as causas e o crescimento, que considera significativo, das mortes e violências sofridas por crianças em situação de rua. “As pessoas em si não representam o contexto da repressão do Estado. Têm policiais muito bacanas no dia a dia, mas outros não. Presenciei um policial acordando um menino e mandando o cavalo pisar na mão dele.”

Ele observa que esses jovens só são vistos quando transgridem a lei, a ausência de um sistema prisional que reeduque e ofereça oportunidades faz com que esses jovens repitam os mesmos padrões. “Não é justificar o ato infracional em si, mas é o que acaba aparecendo dentro do que eles conhecem. Muitos deles conhecem a violência. Então, o que vão replicar? Vão replicar a violência.”

‘A arte pode te resgatar’, afirma voluntário do Projeto Quixote

O psicólogo Maxell Guedes aponta o brincar como direito e peça fundamental no desenvolvimento das habilidades psicomotoras, emocionais e sociais na infância, e coloca como essencial uma intervenção multiprofissional durante os atendimentos. Ele defende a arte como ferramenta no resgate da autoestima e da identidade. “A arte é a expressão humana, do que vemos. Se você não ensina uma criança a imaginar, ela vai entender que não pode ou não consegue. Isso muda a maneira como ela vê o mundo.”

Essa possibilidade lúdica ajuda a formar esses menores. “Têm oficinas são só brincadeiras, mas tem um propósito por trás de quem elaborou a oficina. As crianças não precisam saber; elas têm de se divertir mesmo, têm que ser crianças”, completa o coordenador do Refugiados Urbanos, Raphael Boemer. Segundo ele, essas experiências fazem com que meninos e meninas reconheçam sua importância

no mundo.

Essa combinação reflete as histórias de quem cresceu dentro do Quixote, como Kadú Abayomi, 21 anos. Sua mãe já participava das atividades da instituição desde a gestação. O projeto que oferece mostras, oficinas e rodas de conversa sobre grafite, música, dança, artesanato e o mundo do trabalho, promove a coletividade, e foi nesse ambiente que ele teve o primeiro contato com o audiovisual, área em que hoje é formado.

Atualmente voluntário, ele coordena a Esquizofilmes, produtora criada dentro do próprio Quixote. A iniciativa está produzindo seu segundo filme, “Como descascar um abacaxi”, inspirado em um vídeo feito por um dos jovens atendidos. A equipe transformou o tema em uma metáfora sobre amadurecimento e autoconhecimento.

Ele explica que a ideia nasceu do desejo de usar o interesse do menino

como ferramenta para potencializar suas habilidades e melhorar seu desempenho na escola, construindo uma ponte entre o que ele gosta e o aprendizado. O processo também ajuda a quebrar estigmas e rótulos que o jovem enfrentava no ambiente escolar. O filme, estrelado pelo garoto, contará com entrevistas de professoras, colegas e funcionários da escola.

Kadú lembra que o Quixote teve papel essencial na sua formação: “Na época em que eu fazia Quixote, não só me ajudava, como me resgatava de uma encruzilhada. A arte te resgata. No Quixote, não é só a arte, os educadores guiam essas pessoas. Eles resgatam quem está sem saída. Usam a arte para isso, e funciona de um jeito que raramente vi em outros lugares”.

REPORTAGEM E DIAGRAMAÇÃO:
LAURA ALVES VIEIRA

Resistência dá vida ao Quixote

O nome do projeto faz alusão à história de Dom Quixote, de Miguel de Cervantes, que narra as aventuras do cavaleiro que desbrava o mundo e luta contra criaturas que ninguém mais vê. Criado em 1996 na UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo) para devolver às crianças em vulnerabilidade o direito de sonhar, enfrentou no início forte resistência da comunidade, que até entrou com ações judiciais para removê-lo, mas conquistou apoio de advogados, juizes e de vizinhos. O cofundador Auro Lescher destaca que a iniciativa é um modelo social que une educação, saúde e criatividade para construir uma sociedade mais gentil e generosa.

'Tombar a vilinha simboliza resistência'

Ex-moradora revela choque entre preservação e especulação imobiliária

É impossível entrar na vilinha hoje e não sentir que algo precioso foi perdido para sempre. "Eu tenho apenas 12 anos e não reconheço mais a rua em que eu nasci". O desabafo de Pedro em um vídeo que viralizou nas mídias sociais evidencia a dor de retornar à vilinha, lugar onde viveu a sua infância, e encontrá-la desabitada e ameaçada de demolição. O conjunto de casas, localizado na Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, que abrigou famílias e ambientou festas e rodas de samba, hoje está cercado por tapumes que restringem o acesso ao local.

O fechamento da chamada "Vilinha Histórica", na Vila Mariana, acompanha um movimento já conhecido na cidade de São Paulo: a compra de terrenos para a construção de novos prédios. Ainda assim, pessoas que já moraram naquele território lutam há mais de 10 anos para conquistar um tombamento e garantir que a memória do bairro seja preservada.

Pedro é filho de Ana Cristina Petta, que chegou na vila no início dos anos 2000. Foi ali que ela se casou, teve os dois filhos e viu a vizinhança virar família. Ana e Pedro, junto à Maria, que tinha apenas 10 anos na época, foram a última família a deixar o local após o recebimento de uma ordem de despejo.

"Em junho de 2017, todos receberam uma carta em casa, dizendo que tínhamos dois meses para sair, porque a vila seria demolida", lembra Ana. Na tentativa de mudar o cenário, os moradores propuseram a compra das casas, o que acabou sendo em vão. Ela recorda que a vila era um espaço de solidariedade e de harmonia com a natureza. "No centro do pátio, tem uma amoreira enorme. A gente colhia as amoras, fazia geleia e distribuía entre os vizinhos".

Ana ainda resistiu com os filhos por três meses após o despejo, vivendo na vila com as casas vazias ao redor: "Quería que eles participassem de alguma forma dessa resistência", conta. Em sua última noite, a família acampou sob a amoreira, em um gesto simbólico de despedida.

Eu desenvolvi um amor pela vilinha, foi o lugar que eu e meus filhos escolhemos para viver

Ana Petta, 49, ex-moradora

A preocupação com a demolição, porém, não era nova. Em 2006, em meio à crescente verticalização da cidade, os moradores se uniram por um objetivo: evitar que o espaço se tornasse um dos prédios que estavam sendo erguidos ao redor. "Reconhecíamos a importância da vila e entramos com um pedido coletivo de tombamento", lembra Ana.

Sem resposta do Conpresp (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo), em abril de 2019, a demolição da vila foi autorizada. Antigos moradores e coletivos da Vila Mariana recorreram à justiça para impedir. A mobilização deu resultado: o grupo conseguiu uma ordem judicial que suspendeu a demolição e paralisou os tratores, já na vila, no dia em que seria realizada. "Foi uma sensação de vitória", comenta Ana, refletindo o sentimento de esperança dos ex-moradores.

Poucos dias depois, o Conpresp aprovou a abertura do processo de tombamento, proibindo qualquer intervenção no terreno sem a prévia autorização do órgão, sob multa em caso de descumprimento. A solicitação feita em 2006, que parecia ter sido esquecida, foi o que salvou a vilinha naquele momento.

A história do espaço marcou a memória de Ana, atriz e cineasta, que documentou todo o período sob a perspectiva de seu filho Pedro, com 4 anos, à época. O documentário "Amora" foi exibido na 49ª Mostra Internacional de Cinema de São Paulo e no 20º Festival Internacional de Cine Documental de la Ciudad de México.

A diretora do filme comentou sobre a intenção do documentário em âmbito internacional. "O que era uma situação muito pessoal, na verdade, revela uma questão muito maior, que é o que está acontecendo em toda a cidade de São Paulo e, agora, também no México."

Ana também questionou sobre a verdadeira motivação para a verticalização da cidade de São Paulo, que substituiu construções históricas por novas, sem buscar solucionar questões sociais urgentes. "Não é um movimento que facilita o direito à moradia, que permite que mais pessoas tenham acesso ou que o aluguel fique mais barato. O que vemos em São Paulo é o contrário. Você destrói um lugar de infância, de convivência, para colocar no lugar prédios caros que, muitas vezes, nem são realmente habitados, servem apenas para locação por temporada ou, simplesmente, para especulação imobiliária", expressa a atriz sobre os interesses por trás da transformação da cidade.

Dados da Airbtics (plataforma que coleta informações sobre o mercado de aluguéis de curta duração) apontam para cerca de 30 mil imóveis listados no Airbnb em São Paulo no último ano. "É uma inversão completa de prioridades, do que deveria ser importante para uma sociedade", reflete Ana.

Seis anos após a abertura do processo de tombamento, nenhuma decisão foi tomada. A mobilização continua nas redes sociais para pressionar o órgão responsável. "Não estamos lutando para continuar morando lá, mas para que o espaço continue existindo", explica Ana. Em agosto de 2025, o Conpresp incluiu o caso na pauta de uma das reuniões quinzenais, mas a votação foi adiada oito vezes consecutivas e ainda não há previsão para que as discussões voltem à pauta.



ABANDONO: Desde 2017, Vilinha está vazia e sem manutenção, aguardando uma decisão
FOTO: MARCELA MUNIZ

Vereador expõe que Conpresp atua de maneira 'permissiva'

Para o vereador Nabil Bonduki (PT), arquiteto, urbanista e professor da USP (Universidade de São Paulo), a preservação de vilas se relaciona com a importância de manter a memória de São Paulo. "Elas retratam um momento importante da história urbana".

Segundo ele, vilas como a da Vila Mariana funcionam como respiros em meio à verticalização acelerada. "Elas dão oxigênio a uma cidade que vem se transformando em um mar de torres". O parlamentar comenta que a ocupação do solo com penetrações no interior dos quarteirões, as casas geminadas [que compartilham pelo menos uma parede lateral, com entradas separadas] e espaços semipúblicos, são elementos presentes nas vilas e que caracterizam a cidade.

Bonduki ressalta que, além do tombamento, o zoneamento urbano também pode contribuir para a proteção dessas áreas, embora de forma mais limitada. A Lei de Uso e Ocupação do Solo, criada com base no Plano Diretor, define o que pode ser construído na cidade e determina a preservação de áreas de interesse ambiental ou cultural. O urbanista indica que "as vilas deveriam ter sido excluídas das áreas de verticalização desde 2016 porque já eram reconhecidas como áreas de interesse cultural. Mas isso não aconteceu."

Na revisão mais recente da lei, em 2023, as vilas passaram a ser classificadas como Zonas Predominantemente Residenciais, o que estabelece

o limite de dez metros de altura para construções. A definição dessas regras permitiria a preservação dos espaços. "Isso desestimula uma incorporadora a comprar todas as casas das vilas", expressa Bonduki.

A revisão também definiu que se todos os imóveis forem vendidos, a vila é descaracterizada, gerando uma "válvula de escape", já que o investidor pode aplicar o zoneamento do entorno que, geralmente, permite prédios altos. Dessa forma, há uma pressão maior sobre os proprietários para a venda, como aconteceu com a Vilinha.

O vereador possui um projeto de lei que busca eliminar a brecha existente após as mudanças na legislação. Bonduki explica que a aprovação pelo Conpresp talvez seja a única alternativa que preserve a vila, pois, ainda que a lei mude, o que vale é a regra vigente na entrada do projeto. Já com o tombamento, que é mais rigoroso, é vedado que o projeto mantenha as construções da área conforme a sua origem.

Para o arquiteto, a defesa das vilas se conecta diretamente ao direito à cidade e ao direito à memória. "Uma cidade sem nenhuma memória perde sua identidade e se torna impessoal".

E O CONPRESP?

Bonduki avalia que a lentidão do Conpresp reflete problemas estruturais e políticos do conselho. "Nos últimos anos, ele tem sido muito permissivo em relação ao patrimônio da cidade". O arquiteto analisa que o

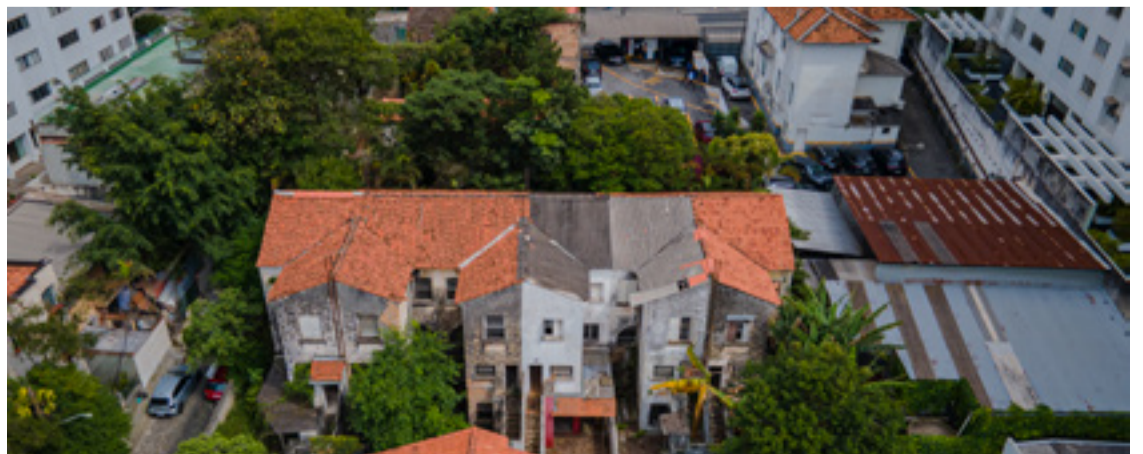
órgão tem aprovado projetos que não se preocupam com a preservação dos espaços. Segundo ele, o órgão deveria atuar como instância de Estado, e não de governo. "Deveria ser um órgão técnico e independente, mas hoje a maioria dos conselheiros não é composta por especialistas na área de patrimônio e é indicada pela Prefeitura, servindo como correia de transmissão do que ela quer fazer."

Precisamos recuperar o Conpresp como um órgão do Estado, não da Prefeitura

Nabil Bonduki, 70, vereador

Em resposta enviada à reportagem, o órgão informou que "não se manifesta sobre casos em análise e deliberação". Enquanto a decisão é adiada, o terreno segue murado e vazio, se deteriorando cada vez mais. Um símbolo da incerteza sobre o futuro da vilinha e sobre o destino da própria memória urbana de São Paulo.

REPORTAGEM E DIAGRAMAÇÃO: CIBELE FIUZA E MARCELA MUNIZ



PRESSÃO: Verticalização sufoca áreas remanescentes em São Paulo; Vila Mariana é alvo
FOTO: DOUGLAS CAVALCANTE

‘Você partilha, pois há quem necessite’

Rotina de dedicação e perseverança define trabalho de pe. Júlio Lancellotti

Júlio Lancellotti, 76 anos, paulistano, é uma figura de muita visibilidade no meio católico. O sacerdote conhecido por se posicionar politicamente, realiza várias ações em prol de pessoas necessitadas. Uma delas, é o projeto Pão do Povo na Rua que distribui cerca de 1200 pães diariamente. Acompanhamos um dia deste projeto na Casa Santa Dulce, que fica na zona leste de São Paulo. Às 7 horas, já se formava uma grande fila na Rua Sapucaia, na qual as pessoas esperavam ansiosa pelo alimento, que vem direto das mãos do padre e de alguns voluntários. Em determinado momento, um grupo de pessoas passou em frente ao local e despejou óleo na calçada, tudo para prejudicar o andamento do projeto. Esse é apenas um dos desafios diários de Lancellotti na luta contra a fome. Durante o bate-papo, ele contou sobre as motivações para continuar com a ação, como recebe os alimentos e a maneira em que lida com as adversidades.

Fapcomunica: Padre, em algum momento da sua vida, o senhor já chegou a passar por alguma situação de insegurança alimentar?

Julio Lancellotti: Olha, eu conseguia comer aquilo que a minha família tinha e nós não éramos uma família de muitas condições então, a gente comia o que era possível. O caldo do almoço ficava para a janta.

Fapcomunica: Atualmente, o senhor tem esse projeto, distribui alimentos para essa população que é marginalizada pela sociedade. De qual maneira o senhor consegue esses alimentos para poder fazer esse trabalho?

Julio Lancellotti: Então, esses alimentos são conseguidos por doações, articulações. Nós temos uma padaria, fazemos o nosso próprio pão, que é uma base para o café da manhã. São articulações e doações.

Fapcomunica: Qual é o maior desafio para continuar essa acolhida e esse trabalho voluntário

com as pessoas em situação vulnerável?

Julio Lancellotti: É muito conflito. Então o conflito com quem está fora, com quem está dentro, com quem está em cima, com quem está embaixo, então é uma ação e uma atividade muito marcada pelo conflito.

Fapcomunica: Em meio a tantos desafios e críticas, o senhor já pensou em desistir de realizar esse trabalho?

Julio Lancellotti: Eu estou velho para desistir, né? Agora eu tenho que ir até o fim, então não desisto.

Fapcomunica: Padre, o Estado de São Paulo tem quase 100 mil pessoas em situação de rua. Esse é um número totalmente preocupante. O senhor considera que o Estado tem se colocado como obstáculo a esse trabalho de acolhida? Se sim, por que o Estado se coloca como obstáculo?

Julio Lancellotti: Então o Estado é aporofóbico também, não tem ações



Apesar das dificuldades, religioso ressalta histórias de sucesso e recomeço a partir do projeto
FOTO: ALBERTO DIAS

voltadas para a população mais pobre. O que existe é a ação policial, a ação de repressão, a ação de violência. As outras ações são extremamente tênues e mantenedoras da miséria.

Fapcomunica: Padre, a gente ficou sabendo, quando o senhor contou em um podcast que o Papa Francisco, quando estava vivo, te ligou e elogiou o trabalho que o senhor faz e te incentivou a continuar. Ao mesmo tempo que o Papa liga para o senhor e elogia o seu trabalho, algumas pessoas que se dizem cristãs, o criticam. O senhor considera isso como uma perseguição política?

Julio Lancellotti: Olha, é um resultado dessa polarização que nós vivemos e esses católicos que se dizem verdadeiros, que eles sim que são os verdadeiros, eles têm uma conotação política. Pode ver que aqueles que criticam em geral são bolsonaristas.

Fapcomunica: Já houve algum caso de pessoas que foram beneficiadas

por esse projeto e conseguiram sair dessa situação de vulnerabilidade e que conseguiram voltar à sociedade trabalhando de alguma maneira?

Julio Lancellotti: Existem vários que estão trabalhando que conseguem uma emancipação no sentido de conseguir um lugar para morar, de retornar para a família. Então, há várias situações. Agora, a nossa preocupação não é uma contabilidade, mas de lutar para que haja uma transformação estrutural da sociedade.

Fapcomunica: Para fechar, qual a principal motivação para você continuar com esse pro-

jeto hoje? O que é aquilo que te motiva a continuar com esse projeto cada dia mais?

Julio Lancellotti: Enquanto houver fome, houver descarte, nós temos que estar junto dos descartados. A hora que o povo não tiver mais necessidade, você não tem porque partilhar alimentos. Você compartilha alimentos porque tem necessidade e não que a necessidade existe porque você compartilha alimentos, mas você compartilha porque há quem necessite.

ENTREVISTA: ALBERTO DIAS, CAUAN ZENARDI, GEOVANI BORGES, GUSTAVO GHIDOTTI, JOÃO PAULO SOARES, RENAN PEREIRA E RIAN FERREIRA. DIAGRAMAÇÃO: LUMA OLIVEIRA



DEDICAÇÃO: Alimento doado é entregue todo dia na Mooca
FOTO: ALBERTO DIAS

Voluntariado

O voluntariado vai além do simples “ajudar”: é a decisão consciente de colocar-se à disposição do outro. Trata-se de um trabalho realizado por livre vontade, sem buscar benefícios financeiros, focado no bem comum. Em contextos de vulnerabilidade, o voluntário atua como um agente de mudança, transformando indignação em ação e provando que a solidariedade é uma ferramenta poderosa para a construção de um mundo mais justo.

Sissi Girl: musa da noite desafia o tempo

Artista fala sobre resistência, afeto e sonho de criar 'refúgio para as drags'

Aos 55 anos, Sissi Girl desliza pelo cenário paulistano com a mesma vibração de outrora, vestindo figurinos que são quase esculturas de luz, cor e brilho. A cada performance, sua presença — exuberante, colorida e cheia de vida — arranca sorrisos, aplausos e suspiros. Mas, por trás da maquiagem precisa, do humor afiado e do carisma, há Ailton de Almeida, o homem que dá carne, coração e história a essa personagem. E, com ele, uma inquietação cada vez mais constante: a passagem do tempo.

Três décadas atrás, ainda sob o nome artístico de Regina, Ailton estreava como transformista nas noites da boate Corintho — templo glamouroso e já extinto da cena gay dos anos 80 em São Paulo. Noite após noite, “Noite de Hollywood” após “Noite de Hollywood”, ele construía no palco um personagem que ainda não tinha nome, mas já carregava uma centelha de realeza.

Sua primeira aparição como drag queen foi no interior do estado, num concurso apresentado por Nany People. Sissi recorda esse dia como quem lembra um rito de passagem: um vestido de paetês cor de uva, uma capa de cinco metros, e o batismo definitivo — o nome Sissi, inspirado na imperatriz austríaca Elizabeth. A partir daí, assumiu a persona de vez: começou como hostess em casas noturnas e, logo depois, tornou-se presença obrigatória nas festas mais disputadas.

Nem sempre, porém, o brilho do palco sustentava a vida fora dele. Para garantir o sustento, Ailton formou-se técnico em enfermagem e exerceu a profissão por quase 14 anos. Também trabalhou no salão de cabeleireiro que mantinha ao lado do marido, Benê. Em algumas fases, equilibrava as três jornadas: enfermeiro, cabeleireiro e drag queen — um exercício diário de resistência e paixão.

Benê entrou em sua vida em 15 de julho de 1988 e nunca mais saiu. “A gente se olhou, ficou junto, e dali eu



IMPERATRIZ: Performance artística escreve a história LGBT+ nas ruas da capital paulista
FOTOS: BERVELIN ALBUQUERQUE

fui morar em frente à casa dele numa vaga e em 7 de setembro a gente já estava morando juntos [no Centro de São Paulo]”, recorda Ailton. Mais do que marido, Benê é parceiro de vida e de criação. Foi ele quem ajudou a moldar a identidade de Sissi Girl, quem mode-

la perucas, ajusta figurinos, segura a mão nos bastidores.

Hoje, Sissi sente no corpo o peso do tempo. “Antigamente eu colocava salto e ficava seis horas. Fui fazer a coletiva da Parada LGBT+, fiquei quatro horas de salto e, quando cheguei em

casa, parecia que eu tinha tomado uma surra na panturrilha”, confessa. “O corpo responde à sua idade, por mais que a cabeça esteja em outro ritmo.”

Ela gosta de dizer que a drag é atemporal, que não tem idade. Mas o

etarismo é real. As casas noturnas preferem “drags novinhas” para receber o público. E Ailton, que construiu décadas de história, percebe o prazo de validade imposto por um meio que deveria ser feito de liberdade.

Nesse cenário, a parceria com Benê é mais do que um apoio, é um porto seguro. Com ele, Ailton compartilha um dos maiores temores da velhice: a solidão. “Eu penso: ‘Será que meu companheiro ainda vai estar aqui comigo? Será que eu ainda vou estar com ele?’”, confessa. Entre amigos, brinca com uma ideia que é, no fundo, um desejo real. “A gente devia alugar ou comprar um prédio, todo mundo morar no mesmo andar e uma cuidar da outra. Quando uma morrer, vem outra para o apartamento e vai cuidando das mais velhas. E assim uma vai cuidando da outra, porque a gente não pensa no futuro.”

Mas a solidão não é sua única preocupação. O radicalismo da direita e o retrocesso em direitos e políticas públicas também rondam seu horizonte, especialmente porque a velhice LGBT+ é a mais vulnerável a esses ataques. O medo não é abstrato: ele tem rosto, lei e consequência. “A gente tem que resistir, porque é uma resistência viver todo dia. Com esse extremismo da direita, eu fico preocupado com o nosso futuro, com o que vem para frente, porque nós não temos nada. Nós temos leis, mas não temos nada em Constituição. Para mudar, é assim, num piscar de olhos”, alerta.

Sissi Girl, porém, segue — saltos, paetês e coragem — a imperatriz de uma noite que nunca quis envelhecer, mas que sabe: resistir também é uma forma de reinar.

REPORTAGEM:
BERVELIN ALBUQUERQUE
DIAGRAMAÇÃO: LUMA OLIVEIRA



Entre hostilidade e representatividade

Vereadora Amanda Paschoal confia que sempre há espaço para o amor

Discursos anti-trans e avanço do conservadorismo nas esferas políticas. Diante desse cenário, a vereadora Amanda Paschoal (PSOL) se tornou uma das vozes mais expressivas na defesa dos direitos de pessoas trans e travestis em São Paulo. Única mulher travesti na Câmara Municipal de São Paulo, ela enfrenta diariamente resistências estruturais, ataques ideológicos e uma série de barreiras políticas que impedem o avanço de pautas inclusivas. Moviada pela convicção de que ocupar o poder é, por si só, uma forma de transformação, de resistência e de enfrentamento diário, em entrevista para o Fapcomunica, a parlamentar fala sobre os desafios de legislar em um ambiente hostil, a importância de políticas públicas sensíveis e o que a impulsiona a continuar todos os dias.

Fapcomunica: Por que as políticas de inclusão ainda falham?

Amanda Paschoal: Tivemos muitos avanços, especialmente na última década, e a representatividade tem ajudado a humanizar nossa imagem. Hoje vemos pessoas trans ocupando o mercado de trabalho, a política, a mídia, como a Liniker, premiada pelo Grammy, ou a Gabriela Loran na TV. Mas, apesar disso, as políticas ainda esbarram na falta de representatividade e no lobby anti-trans que ganhou força com a extrema direita. Há um discurso de ódio financiado e muito engajado, que tenta demonizar nossas identidades e

impedir que esses avanços se consolidem.

Fapcomunica: Há barreiras políticas para que seus projetos não avancem?

Amanda Paschoal: Sim. A nova legislatura tem mais figuras de extrema direita e setores conservadores, como a bancada evangélica, que não deixam pautas pró LGBTQIAPN+ avançarem. Existe também uma articulação mais ampla: a gestão do prefeito Ricardo Nunes não tem compromisso com a pauta trans e reforça um ambiente de perseguição. Esse contexto político, somado ao crescimento do extremismo, dificulta qualquer avanço.

Fapcomunica: Como enfrentar a falta de sensibilização de gestores públicos?

Amanda Paschoal: O caminho é a humanização. É levar para esses espaços a realidade das violências que pessoas trans e travestis enfrentam e construir redes com quem entende essa urgência. É um trabalho que depende tanto de pessoas trans, que já fazem ativismo nas ruas, na academia e no parlamento, quanto de pessoas cis, que precisam assumir responsabilidade na superação da transfobia criada pela própria cisgeneridade.

Fapcomunica: O que te move a continuar, ape-

sar dos desafios?

Amanda Paschoal: Acreditar que ocupar esse espaço se transforma. Quero incentivar outras pessoas trans a entenderem que podemos construir mudanças com as nossas próprias mãos. Além disso, eu tenho uma grande rede de afeto, minha família, meus amigos, as pessoas que me reconhecem nas ruas. Esse apoio me impulsiona a entregar um trabalho cada vez mais qualificado e a continuar essa luta tão fundamental.

Fapcomunica: Existe amor em São Paulo?

Amanda Paschoal: Existe e de muitas formas. O amor não se limita ao romântico. Ele está nas relações de amizade, de trabalho, e principalmente no amor próprio, que é essencial para termos saúde mental e afetiva. São Paulo é intensa, caótica, mas tem muito amor pulsando nela.

ENTREVISTA: ANA LEME, ISADORA SERAFIM, LETÍCIA MACEDO E MARIA DIVIETRO
DIAGRAMAÇÃO: LUMA OLIVEIRA



RESISTÊNCIA: Parlamentar luta por pautas inclusivas em SP
FOTOS: DIVULGAÇÃO ASSESSORIA AMANDA PASCHOAL

Viver para contar: mulheres transexuais lutam contra a violência e o abandono em São Paulo

Em busca pelo processo de reabilitação, Maya, uma mulher transexual preta, carrega sequelas de desabrigo e vulnerabilidade vividos nas ruas de São Paulo. Na história, marcas descrevem dias de luta contra as drogas, assédios e despertencimento da identidade.

“Em sociedade, eu me sinto agredida a todo momento”, relata. Um ambiente de exposição à violência, em que não há espaço para um olhar no espelho e para se enxergar como mulher, como ser humano. Essa é a vida de milhares de mulheres trans e travestis na maior metrópole do Brasil.

De acordo a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), a realidade dessas mulheres revela um país que ainda fracassa em garantir o básico: a possibilidade de viver. A expectativa de vida de uma pessoa trans no Brasil é de 35 anos — metade da idade média de uma pessoa cisgênero. Em São Paulo, o quadro é igualmente alarmante: segundo o Censo da População em Situação de Rua, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), cerca de mil pessoas trans vivem hoje nas calçadas da cidade. Esses números, quando colocados lado a lado, não desenham apenas um cenário de vulnerabilidade, mas uma política de abandono prolongado, em

que a sobrevivência se torna exceção e não regra.

Viver nas ruas, para mulheres trans e travestis, significa muito mais do que enfrentar a falta de moradia, é sobreviver diariamente. “O que a gente quer não é pertencer, é estar, é permanecer, é sobreviver”, ressalta Maya. Assim, a rua surge não como escolha, mas como alternativa diante da ausência de acolhimento social e afetivo.

Giselly, uma mulher transexual relata que a dependência química surge como uma forma de amenizar a dor, o medo e o abandono. “Ela atinge todas as áreas da minha vida e a ponto de me deixar no meio da rua. Eu não tinha disciplina, não tinha educação, fazia as coisas da maneira que eu achava que era o certo. Eu consigo olhar para mim como pessoa, saber que sou portadora de uma doença psicoativa, a dependência química”.

O refúgio das ruas

A sociedade frequentemente direciona ódio a determinados grupos, mas paralelamente a essa realidade, existem iniciativas que buscam reverter esse cenário — como as casas de acolhimento, que funcionam como refúgio. O Casarão Brasil, uma OSC (Organização da Sociedade Civil) com 17 anos de fundação, gere várias casas, que inclui uma

unidade terapêutica na Lapa. “É um serviço para acolhimento de mulheres e pessoas LGBT que desejam fazer tratamento para uso de substância”, explica o coordenador Rafael Olivato. Isabel Pereira, funcionária da casa, complementa que a entidade também “abarca todo o município, é uma atividade bem ampla, tanto de cultura quanto de assistência social”.

A metodologia de acolhimento é pensada para resgatar a individualidade e a autoestima. A equipe técnica, formada por profissionais altamente capacitados, tem um papel primordial nesse processo. “Eu acho que é importante pontuar isso, existem equipes técnicas, de pessoas altamente capacitadas”, destaca Isabel. O cuidado se reflete em detalhes como a aplicação da cromoterapia nas salas e a escolha criteriosa de móveis, que cria um ambiente que visa ser terapêutico e verdadeiramente acolhedor.

A sobrevivência do projeto, no entanto, é um desafio diário. A instituição depende de verbas públicas, que são limitadas. Com poucas doações da sociedade civil, a equipe precisa superar a falta de recursos para manter o serviço em funcionamento.

A explicação para essa omissão, porém, não se limita apenas à lentidão administrativa. Ela se sustenta, sobre-

tudo, em uma paisagem política que transforma mulheres trans e travestis em fronteiras ideológicas. Dentro da Câmara Municipal de São Paulo, projetos de lei, como o da única vereadora travesti, Amanda Paschoal, a PL 741/2025, que institui a política municipal de saúde mental para pessoas trans e travestis na cidade de São Paulo continuam estagnados. A vereadora descreve o cenário de maneira direta. “A nova legislatura tem muitas figuras da extrema direita, e a bancada evangélica não vai deixar que pautas pró pessoas trans avancem dentro desta casa.” Segundo ela, o bloqueio não é apenas programático, mas também pessoal, um esforço explícito para limitar a atuação e a visibilidade do mandato.

Nesse ambiente hostil, Amanda afirma que a permanência na política nasce de outra força: ocupar o espaço, aprender, construir e ensinar, incentivar outras pessoas trans e travestis a perceber que existe possibilidade de mudança pelas próprias mãos. Para ela, essa transformação não se restringe à população LGBTQIAPN+, mas alcança a sociedade como um todo e que o bloqueio dos projetos não resulta apenas de falta de verba, mas de uma estratégia política que empurra a existência de mulheres trans e travestis para o último plano, o que custa caro para

quem depende de políticas que nunca chegam a existir.

O que é oferecido pelas Instituições de acolhimento é amor. Para Rafael Olivato, “ninguém encontra o amor de cara, mas não se pode deixar de pensar na existência dele, porque aquele que deixa, perde tudo. A gente só precisa saber onde procurar, como observar, aceitar acolhimento e também ser acolhedor”, declarou.

Giselly destaca que faltam recursos públicos para que as pessoas transformem o amor em gestos. Em meio a escassa verba governamental, as poucas casas de acolhimento que conseguem se manter enfrentam dificuldades para assegurar produtos de limpeza, itens de higiene e roupas para todas as mulheres vindas da rua, assim como pouco interesse social para a ação de voluntariado. Aqueles que trabalham em prol de devolver vida a quem não sentia pertencente a uma identidade, para Giselly, são sublimes.

REPORTAGEM: ANA LEME, ISADORA SERAFIM, LETÍCIA MACEDO E MARIA DIVIETRO
DIAGRAMAÇÃO: LUMA OLIVEIRA

Trabalho remoto redesenha o ir e vir

Sondagem sinaliza que 60% dos paulistanos trabalham no modelo híbrido



TRANSLADO: Em São Paulo, metrô transporta cerca de cinco milhões de passageiros por dia
FOTO: MARIA EDUARDA SILVA

Durante décadas, o relógio despertava não apenas para marcar o início do expediente, mas também para acionar o ritual diário de deslocamento: filas de carros, ônibus lotados e longas esperas nos trens. As cidades cresciam e, com elas, o tempo gasto para ir e vir do trabalho. Mas a pandemia de 2020 mudou a lógica das ruas. Milhões de brasileiros trocaram o ponto de ônibus pela mesa da sala, e o trânsito deu lugar a uma nova forma de mobilidade: a digital. Essa realidade, entretanto, não chegou para todos.

Leticia Bueno Vasconcelos (21) leva cerca de duas horas para chegar ao trabalho, no Centro da capital paulista. Moradora da Brasilândia, Zona

Norte, ela repete todos os dias o ritual de acordar às 4h para começar o expediente às 7h. A peregrinação envolve ônibus, metrô e uma pequena caminhada. Mas essa realidade não é isolada: de acordo com dados do Censo do IBGE de 2022, há mais de 152 mil trabalhadores que levam mais de duas horas no trajeto casa-trabalho.

Hoje ela trabalha no regime 100% presencial, mas já trabalhou de forma remota. A pandemia alterou a forma de trabalhar de milhares de paulistanos, que deixaram de enfrentar os grandes engarrafamentos para começar a transformar as próprias casas em escritórios. Em 2023, uma pesquisa da Offerwise, encomendada pelo

QuintoAndar, revelou que 64% dos trabalhadores em São Paulo atuavam no modelo híbrido, com pelo menos um dia em casa. Antes da pandemia o número era de apenas 11%.

“O home office alterou tanto os padrões de deslocamento diário, como a intensidade do deslocamento, então ele muda os principais dias de deslocamento do trabalho. Antes os picos eram de segunda e sexta e hoje é de terça e quinta, os dias em que há mais trabalho presencial”, destaca a coordenadora adjunta do Observatório Nacional de Mobilidade Urbana, Helena Coelho.

Leticia destaca que o principal fator de dificuldade na mobilidade

urbana é a demora do transporte público. Além do trânsito, ela também explica que algumas linhas de ônibus possuem intervalos muito longos: “Eu saio do trabalho às 16h e preciso correr para pegar o ônibus às 16h34. Se eu perder esse, só consigo pegar às 19h.”

Outra realidade cada vez mais presente na São Paulo pós-pandemia é o modelo híbrido de trabalho, no qual parte da semana é cumprida no escritório e o restante, de casa. É o caso de Luana Amaro (20), que mora longe da empresa e sente os efeitos diretos dessa flexibilidade em sua rotina. Ela conta que os dias de home office fazem diferença no bem-estar e na qualidade de vida.

Segundo Luana, essa alternância também ajuda a perceber mudanças na dinâmica da cidade. “Quando vou ao escritório, noto que algumas ruas estão mais vazias e o trânsito flui melhor. Geralmente, às sextas-feiras, muitas pessoas trabalham de casa, então o trânsito é menor e o metrô fica mais vazio”, afirma.

A observação de Luana encontra eco na análise da urbanista. Ela explica que o home office flexibilizou as jornadas e deslocou os horários de pico em São Paulo: “Cada vez mais as pessoas têm liberdade para organizar suas rotinas. Isso gera um alargamento dos horários de deslocamento, com menos congestionamento concentrado em momentos específicos do dia”, destaca.

Outra pesquisa, dessa vez realizada pela Fundação Getúlio Vargas em 2024, mostrou que cerca de 20 milhões de pessoas trabalham atual-

mente em regime de home office no Brasil. O estado com maior número de vagas nessa modalidade é São Paulo, que concentra aproximadamente 53% do total. Esse número representa mais de 5 milhões de pessoas que não estão nas ruas ou em transportes públicos nos horários de pico, aliviando momentaneamente o caos do trânsito na cidade.

Apesar dos benefícios observados na mobilidade urbana, sem mencionar os impactos positivos na saúde mental dos colaboradores, muitas empresas ainda pressionam pela retomada do modelo 100% presencial.

Luana acompanha esse movimento com preocupação. Para ela, o home office desempenha um papel importante na dinâmica do trânsito paulistano. “A cidade é superlotada e não comporta todo mundo ao mesmo tempo nas ruas. Esse rodízio do modelo híbrido ajuda no trânsito, no metrô e até torna os escritórios mais confortáveis para trabalhar”, avalia.

Helena destaca que além dos benefícios aos colaboradores, o home office também beneficia as cidades: “O home office é uma estratégia mais sustentável, pois produz menos poluição, menos trânsito, menos barulho nas cidades. Então ele é uma estratégia de mobilidade sustentável, assim como o rodízio de veículos”, finaliza.

REPORTAGEM: GIOVANNA CSISZAR E GIOVANNA FERNANDES
DIAGRAMAÇÃO: LUMA OLIVEIRA

Formação profissional e alto índice de empregabilidade.

GRADUAÇÃO | PÓS-GRADUAÇÃO | CURSOS LIVRES

FAPCOM, onde sua carreira ganha direção.



CONECTE-SE

Saiba mais em fapcom.edu.br



20 ANOS

Vila Mariana tropeça na mobilidade

Falta de acessibilidade nas calçadas é desafio antigo, sinalizam moradores

A dificuldade de circular pelas calçadas irregulares da Vila Mariana faz parte da rotina de milhares de moradores, entre eles Ivone Siqueira, que todos os dias sai da estação do metrô do bairro para buscar a neta na escola. Com problemas na coluna, ela relata que “precisa andar devagar e com cuidado” para evitar quedas, evidenciando os desafios de mobilidade na região.

Apesar de ser um dos bairros mais tradicionais e movimentados da zona sul de São Paulo, a Vila Mariana ainda apresenta obstáculos graves à mobilidade de pessoas com deficiência, idosos e pedestres em geral. Calçadas mal conservadas, falta de padronização e obstáculos diversos tornam o direito de ir e vir uma batalha diária.

Conhecida por uma infraestrutura urbana diversificada e por abrigar importantes polos culturais, educacionais e de transporte da capital paulista, a região ainda deixa a desejar quando o assunto é acessibilidade. As calçadas, que deveriam garantir segurança e mobilidade para todos, revelam uma realidade preocupante. Buracos, desníveis, pisos escorregadios, rampas mal executadas e até carros estacionados sobre o passeio compõem o cenário diário de quem precisa circular pelo bairro, especialmente pessoas com deficiência, idosos ou mobilidade reduzida.



DESCASO: Problemas só podem ser resolvidos com políticas públicas consistentes
FOTO: JAILSON HENRIQUE

Moradores e especialistas explicam como esses obstáculos impactam a vida cotidiana e quais medidas poderiam transformar a Vila em um espaço mais seguro e inclusivo. “O bairro não oferece nenhuma estrutura para mim”, afirma a estudante cadeirante Tainá Silva, que depende do serviço Atende (serviço de transporte gratuito oferecido pela prefeitura) para se locomover pela cidade. Mesmo com o transporte especializado, ela ainda encontra dificuldades diárias causadas por calçadas esburacadas, falta de rebaixamento e ausência de sinalização adequada.

“Essas dificuldades limitam muito minha autonomia”, afirma a estudan-

te. Ela conta que já tentou registrar reclamações na subprefeitura, mas nunca recebeu retorno. Para Tainá, a falta de ação do poder público reforça a importância da sensibilidade social. “O espaço urbano precisa ser pensado para todos, e essa transformação começa pelo chão em que pisamos. Que tenham empatia. O que não é problema hoje pode ser amanhã.”

A arquiteta Beatriz Reis, especialista em acessibilidade urbana, explica que a situação da Vila Mariana reflete falhas estruturais e culturais no planejamento da cidade. “A NBR 9050 define os padrões mínimos para calçadas acessíveis, como largura de 1,20 metro, idealmente 1,50 metro, além de piso

tátil, piso antiderrapante e rampas com rebaixamento. Mas, na prática, há muita variação e falta de fiscalização.”

OUTROS PROBLEMAS

Raízes de árvores, rampas de garagem mal feitas e postes instalados em locais inadequados são outros obstáculos que pessoas com mobilidade reduzida, como Tainá, enfrentam. O relevo natural da região torna a situação ainda mais desafiadora. Segundo a especialista, a responsabilidade pela manutenção das calçadas é dos proprietários, o que resulta em uma “colcha de retalhos”.

Levantamentos públicos, como

registros do serviço 156, indicam que moradores têm feito reclamações constantes sobre as calçadas. A falta de retorno e de ações efetivas por parte da administração pública amplia o sentimento de abandono. “Uma calçada bem cuidada incentiva as pessoas a caminharem, valoriza o comércio local e reduz acidentes. Já uma mal conservada gera insegurança e isolamento, especialmente para pessoas mais vulneráveis”, revela Beatriz.

ONGs como o Movimento Calçada Certa e a ABRIA (Associação Brasileira para Inclusão e Acessibilidade) reforçam que a acessibilidade é um direito básico garantido por lei e que calçadas dignas são parte essencial da cidadania. Na avaliação da arquiteta, apesar das dificuldades, é possível mudar o cenário. “Não acho que seja algo rápido, mas se a prefeitura for mais focada nesse quesito, com fiscalização e planejamento, acredito que dá para melhorar muito bem.”

A reportagem tentou contato com a subprefeitura da Vila Mariana para solicitar esclarecimentos sobre fiscalização, condições das calçadas e projetos para melhoria da mobilidade, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.

REPORTAGEM E DIAGRAMAÇÃO:
BIANCA OLIVEIRA
JAILSON HENRIQUE

População se reúne contra o barulho e comércio passa a respeitar a ‘Lei do Psiu’

O bairro da Vila Mariana, na zona sul de São Paulo, sempre foi destacado pela segurança e tranquilidade. Uma região com ampla variedade de opções de lazer, moradia e transporte. Próximo ao parque do Ibirapuera, universidades, estações de metrô, terminais de ônibus e hospitais, a calma que já foi característica passou a ser violada pelo barulho dos bares noturnos.

Com a mudança de identidade, a Vila está entre os lugares mais tumultuados e badalados da cidade, atraindo jovens e não apenas os alunos das faculdades locais, mas de toda grande São Paulo para curtir a noite nos diversos bares e restaurantes. Este fluxo de pessoas aumenta a lucratividade da região e traz transtornos para os moradores, que relatam problemas sonoros causados pelos frequentadores dos bares.

Segundo relatos da população local, os jovens, na maioria das vezes estão alcoolizados, causam aglomerações na rua, conversas de tom elevado e até alguns conflitos entre eles, intensificando o incômodo dos moradores que veem a tranquilidade sumir noite após noite. As ruas Joaquim Távora, Vergueiro, França Pinto e Domingos de Moraes são as principais vias com o maior número de reclamações pelo PSIU (Programa Silêncio Urbano). Entre os meses de janeiro e outubro de 2025, foram registradas 613 reclamações, segundo a

Prefeitura de São Paulo.

Moradora da Vila Mariana há três anos, Nanete Neves, 72 anos, diz que “ama” morar na região, mas relata que acaba sofrendo com o barulho. Segundo Nanete, os ruídos têm maior intensidade de quinta-feira a sábado, das 18h às 3h. Os transtornos atingem, principalmente, aos mais idosos. “[Os estudantes] ficam nos bares até muito tarde, falam alto, gritam. Parece briga, mas é brincadeira. É que eles estão aditivados”, conta.

Para a jornalista, esse cenário coloca a região em diversos índices negativos na cidade. Trânsito, barulho e segurança são temas frequentemente debatidos em reuniões com o Conseg (Conselho Comunitário de Segurança) da Vila Mariana, do qual Nanete é integrante. “O pessoal do bairro se uniu, fez abaixo-assinado, foi na reunião do Conseg e aí começaram a vir viaturas [para acabar com o barulho após às 22h]”, relata.

BOM SENSO

Proprietário do bar Tia da Pinga desde 2017, Antônio Cavalcante, conhecido como Júnior, conta que já recebeu diversas reclamações dos vizinhos por conta do barulho. Segundo ele, o estabelecimento funciona de segunda-feira a sábado, a partir das 10h, mas, após reuniões do Conseg, a Polícia Militar começou a rondar a região toda quinta-feira e sexta-feira trazendo mais tranqui-



RUÍDO: Jovens se aglomeram em uma das principais vias com maior número de reclamações
FOTO: DAVI SAMPAIO

lidade e segurança aos moradores.

O empresário ainda relata que precisou mudar a rotina do bar para que houvesse uma harmonia entre os frequentadores e os vizinhos. “Hoje, funcionamos com um som mais baixo, som ambiente. Precisamos ter o bom senso e se adaptar à realidade deles [moradores]. Imagina morar do lado do bar? Não é legal”, concorda.

A multa da Lei do PSIU tem o valor inicial de R\$ 12 mil podendo chegar à R\$ 36 mil. Caso o estabelecimento continue não seguindo o que é determinado por lei, o comércio pode ser fechado pela Justiça.

REPORTAGEM E DIAGRAMAÇÃO:
DAVI SAMPAIO E SARAH LOPES

Denuncie

Reclamações de poluição sonora: disque 156

Estafa mental assola trabalhador noturno

Porteiros falam sobre os desafios para lidar com transtornos psicológicos

Em bairros como Vila Mariana e Paraíso, a segurança dos prédios depende de pessoas que passam despercebidas. A invisibilidade reforça o afastamento familiar e social, afeta o indivíduo por conta da solidão, do cansaço e da falta de humanização e reconhecimento, prejudicando seu entendimento como ser humano e tornando o ambiente de trabalho um espaço emocionalmente desgastante. Alguns trabalhadores acabam não reconhecendo os sintomas de transtornos como ansiedade, depressão e estresse.

Trabalhar no turno da madrugada é viver em outro ritmo, em uma rotina de sacrifícios que leva ao afastamento de ciclos sociais. Significa escolher estar longe da família e de amigos para poder ter um trabalho digno e comida na mesa, tornando jantares, aniversários e até um simples jantar um privilégio perdido do cotidiano. “Hoje minha família está numa festa e eu estou aqui”, relata Edeildo José dos Santos, porteiro de prédio residencial localizado no Paraíso.

O porteiro Thiago Roque, funcionário de um condomínio comercial e residencial, relata que alguns residentes o tratam como se fosse apenas algo que está ali para servi-los, um robô, tratando-o com indiferença e tornando-o invisível, tirando seu lugar como ser humano e pessoa. A psicoterapeuta Beatriz Berringer explica que a terceirização agrava o pensamento de que esse trabalhador é uma máquina. “Quando você está falando de um ser humano, é importante que a gente humanize.”

Thiago vê o trabalho noturno como temporário, desabafa que “a amizade diminuiu, a rotina afeta o convívio. Trabalho à noite é temporário, penso nos meus objetivos. A gente não quer ser isso pra vida inteira”.

Segundo estudos que Beatriz trouxe referente aos trabalhadores noturnos, há um aumento de 28% na probabilidade de desenvolver transtornos psicológicos como ansiedade e depressão. Para mulheres que trabalham à noite, o risco sobe para 73%. Trabalhadores noturnos de longo

prazo (um, dois, três, quatro anos ou mais) têm maior chance de apresentar ideação suicida. “O isolamento crônico é um fator de risco para questões mentais”, alerta Beatriz.

O Sindifícios (Sindicato dos Trabalhadores em Edifícios e Condomínios de São Paulo) atua como rede de suporte para os trabalhadores da classe, oferecendo acolhimento e lutando por melhores condições de trabalho, como o mantimento da validade da Cláusula do Monitoramento à Distância. A cláusula estabelece que, caso o condomínio substitua porteiros e zeladores por uma portaria eletrônica, o funcionário demitido tem direito a receber uma compensação equivalente a dez vezes o salário mínimo da profissão. Hoje, o piso é R\$ 2.096, então a multa passa de R\$ 20 mil.

A cláusula foi questionada judicialmente, mas o Tribunal Superior do Trabalho (TST) se manifestou em outubro de 2025, entendendo que a norma não impede a automação ou a terceirização, mas apenas cria uma compensação justa ao trabalhador

prejudicado.

Elizeu Rodrigues de Moura, assessor sindical da presidência do Sindifícios, relata que a principal reclamação desses funcionários é o assédio moral. “As denúncias principais aqui no sindicato, que a gente tem até um olhar mais clínico, é justamente do assédio moral. O assédio traz um dano muito grande aos funcionários de edifícios”, explica.

O assédio não é apenas uma agressão verbal ou física, mas também o desvio de função e a negação do descanso. Elizeu relata um caso emblemático: “Um morador chegou para o porteiro que estava de férias e disse: ‘pega a vassoura e vai limpar’. Mesmo ele repetindo que estava de férias, o morador insistiu. Isso acaba com o emocional da pessoa”.

Eles falam assim: ‘eu pago o seu salário, você tem de fazer o que eu mando’

Elizeu Rodrigues de Moura, Assessor Sindical da Presidência do Sindifícios

“Ele não paga o meu salário, ele paga uma parcela do meu salário, junto com os outros moradores. Muitos auxiliares, ex-gerais, porteiros entram aqui na minha sala, muitas vezes com trauma. Quando falam o nome de um síndico ou morador, começam a tremer e chorar”, revela Elizeu. Dependendo da gravidade, ele encaminha os casos. “Se for leve, eu consigo resolver com uma carta do sindicato. Se for médio ou grave, só advogado e psicólogo”.

Enquanto para alguns o cargo é temporário, para outros é uma oportunidade de vida mais tranquila. Wesley dos Santos Moreira tem outra perspectiva: “Quero me aposentar aqui. Já trabalhei muito no pesado”. Para ele, a estabilidade que o cargo oferece após anos de trabalhos mais extenuantes faz valer a pena. “Pode ser que haja essa questão de superioridade, mas acho que isso também está entrelaçado com como as estruturas sociais e capitalistas funcionam”, aponta Beatriz Berringer. Ela defende políticas públicas mais efetivas. “É importante que o Estado faça essas NRs e coloque como regra das empresas e dos condomínios aplicarem”.

Elizeu resume o que falta nas relações dentro dos condomínios. “Eu tento colocar ele como humano, não só como um funcionário, uma profissão, mas como uma pessoa humana, que tem sentimentos, emoções. Eu acho que isso falta muito nos colaboradores”.

Elizeu destaca que o sindicato não atua apenas nas questões jurídicas, mas também no acolhimento emocional desses trabalhadores. “Muitas vezes eles chegam aqui sem saber nem nomear o que estão sentindo. A gente precisa dar esse suporte, mostrar que eles não estão sozinhos”, explica. Para o assessor, os casos mais graves revelam um problema estrutural que vai além do assédio moral: a própria negação da presença humana nesses espaços.

“Eu tento colocar ele como humano, que tem sentimentos e emoções. Isso falta muito ao condomínio”, resume Elizeu, ao reforçar a ideia de que enquanto a cidade dorme, milhares de porteiros permanecem acordados, protegendo quem sequer os enxerga. Reconhecê-los não é gentileza, é justiça.

REPORTAGEM E DIAGRAMAÇÃO: HENRIQUE FRANZÉ



VIGILÂNCIA: Atuar na madrugada aumenta a probabilidade de ansiedade e depressão
FOTO: HENRIQUE FRANZÉ

Escola Basílio Machado prioriza a saúde mental e aposta no esporte para promover a inclusão social

No pátio da Escola Estadual Basílio Machado, localizada na Vila Mariana, em meio aos hormônios, conflitos e nuances da vida adolescente, a solidariedade rola mais leve do que a bola em quadra. Professores que sacrificam o próprio intervalo para ouvir um aluno em crise, jovens que acolhem colegas com ansiedade e outras deficiências, e uma rotina em que o esporte é mais que movimento, é cuidado, pertencimento e resistência.

A psicóloga Clarice Gentili, especialista em saúde mental, explica que essa ligação não é coincidência. Na prática, estudantes como Leandro Dourado, de 16 anos, veem essa teoria se materializar entre treinos, palestras e gestos que fazem da escola um espaço de acolhimento e saúde mental.

De acordo com dados divulgados pela Fundação Seade em 2024, 43% dos moradores do estado de São Paulo ainda são sedentários. O índice é mais

alto entre pessoas de menor renda e escolaridade, realidade que se reflete nas escolas públicas. A falta de espaços adequados e de atividades estruturadas acaba afastando muitos jovens da prática de exercícios.

A especialista explica que o exercício físico tem papel importante não apenas para o corpo, mas também para a mente. Segundo ela, o problema não está apenas no uso excessivo das redes sociais, mas na ausência de espaços seguros e motivadores de lazer, pois os esportes e as atividades ao ar livre disputam espaço de lazer com celulares e computadores. O jovem escolhe a forma de lazer mais confortável para si. Esse é um dos maiores motivos para a necessidade de locais estruturados para praticar exercícios físicos nas escolas.

Na Basílio Machado, professores e alunos percebem os efeitos positivos do esporte no ambiente escolar. Leandro conta que a escola busca incentivar a

prática esportiva

O estudante também destaca as limitações de infraestrutura, mas o esfor-

Eles [professores] se preocupam com o desenvolvimento dos alunos e muitas vezes abrem mão do intervalo para ajudar quem precisa

Leandro, 16, estudante

ço dos professores da instituição compensa e corrobora a inclusão e com a saúde mental. Ele afirma ter sido vítima de bullying nas dependências da escola e destaca a satisfação com os funcioná-

rios da secretaria pela forma em que lidaram com a situação promovendo palestras de conscientização relacionando o tema. Segundo ele, o colégio valoriza o acolhimento e o respeito às diferenças com estudantes autistas, síndrome de Down e cadeirantes participando das atividades.

A psicóloga reforça que o sedentarismo não é a causa direta dos transtornos mentais, mas que a falta de atividades e de convivência social enfraquece a autoestima e o senso de realização. Para Clarice, nem todos os estudantes possuem uma experiência agradável na apresentação aos esportes, seja por conta do peso, exclusão, timidez ou por não acreditarem que são bons atletas nas aulas de educação física.

Os professores da matéria deveriam incentivar a inclusão de todos os alunos, diminuindo experiências não agradáveis e que causam desgosto no contato com as aulas. Além disso, ado-

lescentes e jovens começam a desenvolver a necessidade de individualidade, apresentando gosto pessoal individual, mas para isso é indispensável não desistir e descobrir práticas esportivas diferentes.

Em escolas públicas como o Basílio Machado, o esporte se torna uma ferramenta importante para fortalecer a mente, criar vínculos e transformar a rotina dos jovens estudantes da Vila Mariana.

A combinação entre esporte, apoio emocional e inclusão social mostra que, apesar das limitações de infraestrutura, a escola utiliza vínculos humanos para gerar impactos reais no bem-estar dos alunos.

REPORTAGEM E DIAGRAMAÇÃO: LUCAS DANIEL E RAFAEL SILVA

EJA Rodrigues Alves acolhe alunos de SP

Localizado na Vila Mariana, instituição se destaca por ensino inclusivo

A educação é um direito universal, mas não tem alcance universal, há aqueles como Ivonete Salomão, 64 anos, que não concluiu os estudos porque teve “um trauma” quando criança e problema de “não saber” escrever. “Eu sei ler, mas não sei escrever. Aí minha professora queria me passar de ano.” A frase da dona de casa reflete que um sistema de educação inclusiva já existe, mas ainda há escassez de locais que o aplicam. Um dos poucos exemplos é o Colégio Rodrigues Alves, localizado na Avenida Domingos de Morais, 787. Há 50 anos, o espaço funciona como EJA (Ensino de Jovens e Adultos) e acolhe estudantes de todo o estado de São Paulo que não concluíram os estudos.

O ensino inclusivo não tem a ver com a possibilidade da gente classificar alunos

Maria Teresa, Doutora

A pedagoga, mestre e doutora em Educação, Maria Teresa Eglér Mantoan, se dedica ao ensino inclusivo desde 1987. Ela é contrária à ideia de segregação do ensino, mas diz que o sistema deveria ser projetado para comportar as necessidades de todo e qualquer aluno, focando mais em sanar dificuldades do que encaixá-lo em um padrão. O EJA tem grande importância ao captar aqueles que justamente são segregados pela modalidade padrão de ensino.

Funcionando desde 1965 e com início das atividades como EJA em 1975, o Colégio Rodrigues Alves recebe alunos não apenas da Vila Mariana. A existência e a história da instituição mostram que há 50 anos trabalham para acolher alunos que não se encaixam aos moldes do ensino brasileiro.

“Nós somos o único supletivo que tem no período da manhã em São Paulo. Acho que deve ter uns dois ou três no máximo. Então nós recebemos alunos do Estado de São Paulo inteiro, que vem de várias localidades”, diz o coordenador, Paulo Antonio Russo.

O sistema educacional brasileiro tem como objetivo a igualdade de acesso, mas funciona de maneira segmentada na prática. Essa segregação ocorre com base nas características específicas de cada estudante, como classe social, etnia, gênero, religião ou por necessidades especiais.

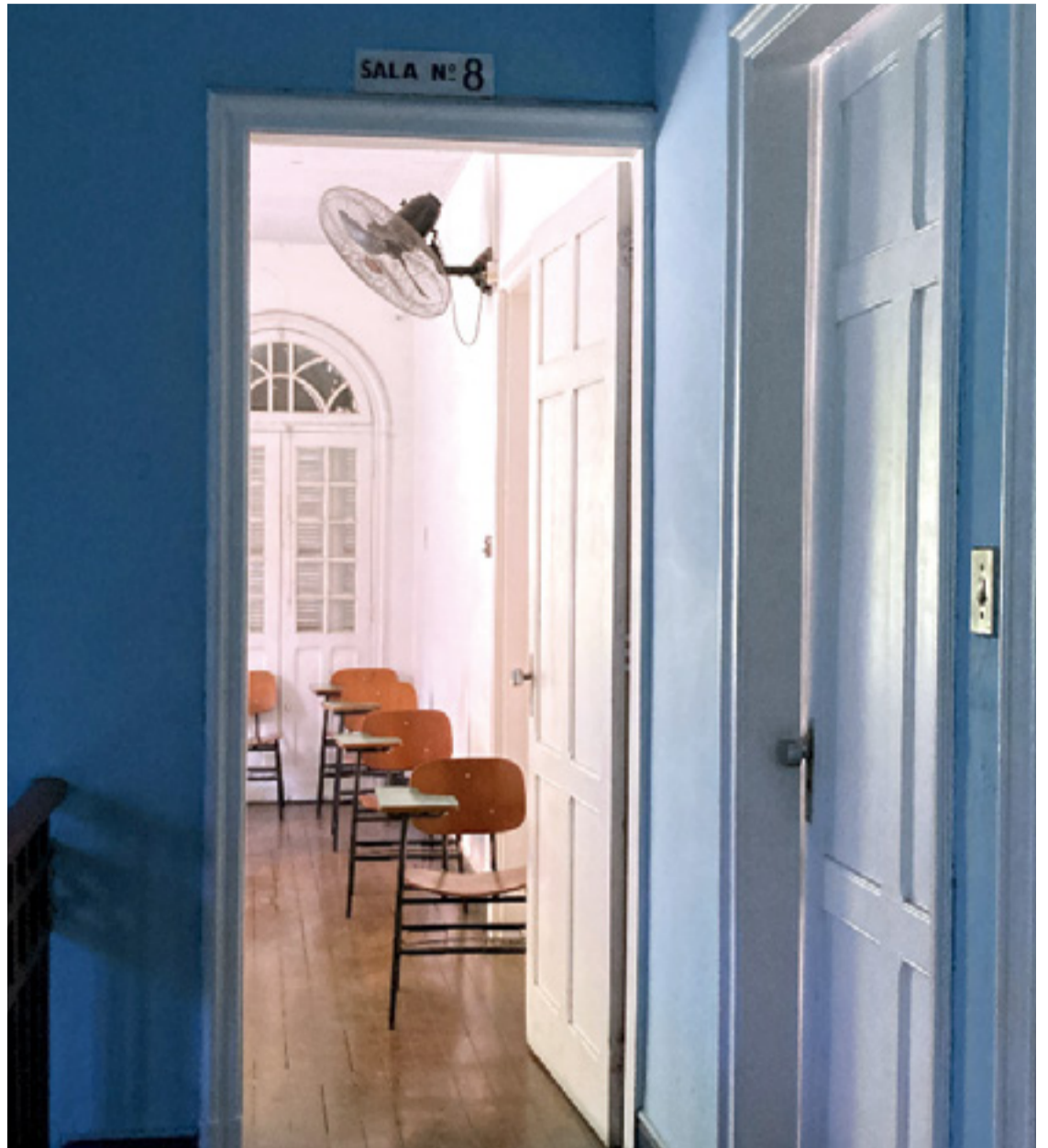
Neste último, por exemplo, ao invés de serem incluídos em escolas regulares, muitos são direcionados para instituições separadas, ou até privados de ter uma educação formal.

Maria Teresa deixa claro que dos 4 aos 17 anos é obrigatória a escola comum para todos os brasileiros. “Nós não podemos excluir nenhuma criança da escola, porque todos os alunos têm direito à educação. E esse direito é de aprender segundo as suas capacidades, não é aprender segundo as capacidades que a escola entende que são necessárias para que ele possa cursar escolas comuns”, explica.

O Colégio Rodrigues Alves mantém os padrões do ensino tradicional, com professores e funcionários de escolas regulares. Há pequenas alterações na metodologia de ensino, que têm duração de seis meses para cada série. O que torna o supletivo diferenciado das demais escolas do Estado e da região da Vila Mariana é o acolhimento e a relação com os alunos, que se dá com muito respeito.

Paulo diz que possui uma diversidade muito grande de alunos dentro da escola. “A gente recebe alunos também com algum déficit de atenção, com Síndrome de Down leve, um TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade) e esses alunos nas outras escolas acabam sofrendo um bullying e não se adaptam lá. E aqui eles acabam se adaptando.”

O etarismo é um dos problemas mais presentes para um aluno da EJA, que se manifesta no meio educacional



EDUCAÇÃO: Em pouco tempo, colégio prepara alunos para a reintegração aos estudos
FOTO: ALÍCIA SANTOS E DIEGO BARBIERY

como limitação da idade. Para Maria Teresa a modalidade é muito importante na educação brasileira, desde que o ensino e os alunos não sejam vistos como segregados. Ainda complementa que o ensino comum na “idade certa” também é forma de discriminação.

Segundo a pedagoga muitos alunos da EJA são segregados por “não estudarem no ‘tempo certo’”, porque são alunos que perderam o ensino comum, repetiram tantas vezes que não conseguiram seguir e não tiveram outra opção”.

O relato de Ivonete é similar. Ela não estudou quando criança, e só teve a oportunidade de entrar em uma escola pela primeira vez aos 17 anos. Em 2023, fez a matrícula na EJA, e o que a motivou a voltar aos estudos foi o fato de querer ter autonomia, mas não conseguiu concluir por um trauma de infância. “O EJA é muito bom, porque tem muitas pessoas como eu que não concluíram por não ter oportunidade”.

ACOLHIMENTO

O artigo “Uma escola hospitaleira”, escrito pela doutora Maria Teresa Eglér Mantoan, desenvolve a ideia de que as instituições e seus profissionais deveriam abraçar todo e qualquer aluno junto de sua bagagem de conhecimento. O EJA Rodrigues Alves entendeu as necessidades de seus alunos e têm o seu método de ensino voltado para essa conclusão, além da preparação pré-vestibular e para o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). “Nós te-

mos de acompanhá-los. Nós temos que fazer com que eles próprios encontrem soluções entre si e não o professor dizendo o que é certo e errado”.

Na educação inclusiva, o ensino tem de ser o mesmo para todos

Maria Teresa, Doutora

No estado de São Paulo existem 185 unidades de EJA, mas apenas os CIEJAS (Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos) atendem em período integral, tornando a disponibilidade de horário um luxo que poucos podem ter.

Maria Teresa comenta que “todos temos o direito à educação, não deve-

riamos ser nós que temos que nos moldar e comportar ao ensino, e sim ele tem que acolher a multiplicidade de ideias”. Espaços como o Colégio Rodrigues Alves, que abraçam os alunos, são passos importantes na direção da educação inclusiva.

Ainda que Ivonete não tenha concluído os estudos e mesmo com a diferença de idade presente, os alunos a ajudaram e a acolheram. “Eu aprendi bastante, aprendi a falar muitas coisas corretamente e aprendi também a ser solidária dentro da sala de aula.”

Apesar da criação de Leis e Diretrizes, o processo de efetivação da educação inclusiva no Brasil ainda é lento, principalmente quando se trata de um ensino igualitário entre os estudantes. Na opinião de Maria Teresa, as escolas até hoje têm grande dificuldade de entender o que significa a educação ser adequada para todos.

REPORTAGEM E DIAGRAMAÇÃO:
ALÍCIA SANTOS E DIEGO BARBIERY



INCLUSÃO: Unidade exerce o papel de EJA há 50 anos
FOTO: ALÍCIA SANTOS E DIEGO BARBIERY

História..

O Colégio Rodrigues Alves nasceu há mais de 60 anos, com uma missão muito clara: acolher, educar e transformar vidas. Ao longo dessas décadas, já ajudou milhares de jovens e adultos a retomarem seus estudos, conquistarem seus diplomas e abrirem portas para novos caminhos na vida pessoal e profissional. O prédio foi tombado em 2018, na Resolução da CONPRES. (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo).

Planeta Inseto é refúgio verde no bairro

No meio da cidade, museu reformado reconecta público com a natureza



HISTÓRIA: Casarão da década de 1940 abriga o primeiro museu Jardim Zoológico do Brasil e da América Latina focado em insetos; entrada gratuita
FOTO: JOÃO PEDRO VIANA



Em meio a COP30 (30ª Conferência das Partes da ONU), discussões antigas voltam ao centro das atenções: quem é o real culpado pela situação ambiental que o mundo todo enfrenta? Na movimentada Vila Mariana, no pouco que ainda resta de natureza na região, o projeto Planeta Inseto promove esse tipo de debate ao pensar a educação ambiental nas escolas. O itinerário é voltado para mostrar aos jovens estudantes que os pequenos seres vivos também são importantes no processo de sobrevivência da natureza.

Para Maria Cristina Koschar, mãe de Murilo Koschar, 8 anos, a proximidade da região com espaços como o Parque Ibirapuera e o Planeta Inseto faz com que a missão de educar sobre a natureza se torne uma conversa leve e natural. “Nossas caminhadas no parque viram uma conversa natural sobre o que estamos vendo. Falamos sobre as plantas, a importância da água do lago para os patos e peixes, e como nosso lixo pode prejudicar tudo aquilo. É um jeito de observar a natureza de perto”, diz.

Maria Cristina entende que a visita ao museu ajuda a sintetizar a conversa. “Uma visita ao Planeta Inseto ajuda a conectar os pontos, mostrando como até os menores bichinhos têm um papel gigante no equilíbrio do parque e da cidade”.

Apesar de atualmente ter uma infraestrutura atrativa e intuitiva, nem

sempre foi assim. Até 2022, o museu passou por maus bocados, com cerca de 30 mil visitantes por ano e ainda neste ano recebeu um patrocínio por meio da Lei Rouanet. O investimento permitiu que uma consultoria fosse contratada para transformar o ambiente em um espaço mais atrativo para os visitantes.

Até os menores bichinhos têm um papel gigante no equilíbrio do parque e da cidade

Mário Kokubo, gerente do Planeta Inseto

No primeiro ano após a reforma, o Planeta Inseto registrou o dobro de visitantes em relação ao período anterior, com aproximadamente 60 mil pessoas, para 2025 a expectativa que registre 100 mil visitas.

Segundo Mário Kokubo, principal biólogo e gerente do projeto, o sucesso se deve por ser um programa idealizado pelo governo estadual. “Fazemos parte da Secretaria da Agricultura, por isso conseguimos disponibilizar isso para o público geral a entrada gra-

tuita. Imagina que fossemos uma iniciativa privada, talvez não tivéssemos esse alcance que temos hoje em dia”, aponta Mário.

Localizado na Avenida Dr. Dante Pazzanese, o Instituto promove a sustentabilidade social e a conscientização cívica. O local utiliza painéis interativos para narrar sua história e oferecer contato direto com os insetos, demonstrando a importância fundamental desses animais na produção de alimentos e na saúde pública.

O público pode aprender sobre a fascinante produção do fio da seda pelas lagartas. Toda a experiência de aprendizado está distribuída em sete salas temáticas principais.

Para Kokubo, o projeto transcende o papel de um simples museu. Ele se estabelece como um verdadeiro refúgio verde e um ponto de encontro vital entre a cidade e a natureza. Tentando se afastar dos grandes prédios, o local não apenas oferece uma imersão na biodiversidade, mas também promove a conscientização cívica e a sustentabilidade social, sendo capaz de provar que a educação ambiental, quando acessível e interativa, tem o poder de semear um futuro mais equilibrado, transformando pequenos seres em gigantes catalisadores de mudança e reflexão.

REPORTAGEM E DIAGRAMAÇÃO:
JOÃO PEDRO MELO
JOÃO PEDRO VIANA



CURIOSIDADE: Exemplo da fase inicial da vida do bicho-pau
FOTO: JOÃO PEDRO VIANA

Conheça o Planeta Inseto

O Planeta Inseto é o primeiro e único Jardim Zoológico do Brasil e da América Latina. O projeto do Instituto Biológico, usado para pesquisas que está associado a Secretária da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Desde dezembro de 2010 em cartaz (15 anos). Começou em 2010, como Instituto de Portas Abertas no Instituto Biológico. Grande interesse do público fez com que o projeto ganhasse uma residência própria, o Casarão, a casa dos antigos diretores do instituto. O Casarão foi construído na gestão de Henrique Rocha Lima, que morava na Rua Guadalupe, próximo ao local. O diretor atendeu a uma solicitação de sua esposa, Lígia, de que a nova residência tivesse os mesmos moldes daquela em que viviam. A casa ocupa uma área de 300 m2 e abrigou nomes importantes da Instituto Biológico e da ciência brasileira até 1981, quando o então diretor geral do Instituto, Vicente do Amaral, colocou uma placa no local com os dizeres: “Futuras instalações do Museu do Instituto Biológico”. O projeto é conduzido por Mário Kokubo, biólogo formado pela UNESP (Universidade Estadual Paulista) de Rio Claro, em 2007. Entrou como estagiário e hoje integra a curadoria e a gerência do Planeta Inseto.

- A entrada é gratuita, de terça a domingo das 9h às 16h.



EDUCAÇÃO AMBIENTAL: Instituto promove o conhecimento sobre os invertebrados
FOTO: JOÃO PEDRO VIANA

Sebos sobrevivem como espaço cultural

Estabelecimento da Vila Mariana une livros com manifestações artísticas



CULTURA: Além obras literárias, visitantes podem acompanhar eventos independentes no espaço, que oferece até serviço de luteria e aulas de instrumentos

Andando pelas ruas da Vila Mariana, muitos espaços que antes eram ocupados por sebos, agora estão fechados. Há até mesmo os chamados “sebos fantasmas”, lugares que antigamente eram físicos, mas existem nas memórias dos moradores mais antigos e fazem parte do patrimônio cultural da região. Esses locais, que se adaptaram para continuar existindo, agora são movidos pela vontade de apresentar obras e manter viva a prática de leitura.

O Sebo Praia dos Livros é um caminho que Daniele Helfstein, livreira, dançarina e atriz, achou para manter a paixão pelos livros ao se deparar com um novo desafio: a gravidez. Nessa fase da vida, ela precisou aprender a como se sustentar enquanto mantinha a nova rotina de mãe. “Tive de parar os estudos por não conseguir conciliar. E aí, eu pensei, como é que eu vou conseguir continuar estudando? Sempre gostei de ler.”

O amor pelas obras é compartilhado entre os clientes, porque o objetivo é reforçar a leitura ativa. Ela busca instigar a curiosidade dos visitantes e gerar abertura para novos interessados. O cuidado para preservar o local vivo é essencial para o engajamento de novos visitantes. A prática das avaliações do Google é incentivada pela Daniele aos compradores. “A gente tem boas qualificações de leitores no Google, por exemplo, o que também facilita para a abertura de novos clientes”, completa a livreira da Vila Mariana.

Além de compra e venda, o sebo também serve de ambiente de socialização. O local preserva a memória coletiva de uma cultura formada por várias gerações. Gabrielle Santos, graduanda em biblioteconomia e pesquisadora da UFAM (Universidade Federal do Amazonas), comenta como a relação vai além da simples lógica de comércio, criando novos laços. “A constante circulação de objetos e histórias faz com que eles funcionem como pontos de encontro e de troca cultural, o que enriquece a experiência e garante sua permanência na memória do povo”.

O sebo abriu oficialmente em 2002 e teve como inspiração os estabelecimentos que eram populares na Espanha. No começo, o incentivo familiar foi muito importante, tendo como figura central a comadre de Daniele, Edília, também livreira. Após realizar a mundaça da travessia da Paulista para a Vila Mariana, ela decidiu transformar a própria moradia em um complexo cultural repleto de outras atividades que incluem dança, teatro, sarau, ensino musical, espetáculos e contação de histórias. Todas essas atividades são mantidas por empenho e desejo da Daniele. “Eu sou a proprietária do sebo desde o início. Então, eu mantenho meu grande amor”, reforça.

Esses segmentos completam a renda familiar da livreira e garante a sobrevivência do espaço cultural. Além dos livros, outras atividades são realizadas em conjunto no local. No último andar do sebo, ainda há uma luteria que conserta e customiza instrumentos musicais, além de uma escola de música com aulas de guitarra, violão, baixo, flauta, piano e canto.

O espaço também é alugado para artistas que desejam realizar apresentações, com a possibilidade de venda de ingressos mediada por eles. Esses eventos são formas de atrair um novo público e ampliar a parte cultural do projeto, além de gerar mais interesse pelos livros. “Durante um evento, quando a gente tem shows aqui, as pessoas assistem aos espetáculos e também consomem livros”, diz Daniele.

Eu sou a proprietária do sebo desde o início. Então, eu mantenho meu grande amor

Daniele, livreira

Livreira enfrenta dificuldade para se manter na era digital

Especialista e pesquisadora na área de livros, Gabrielle Santos cita a importância cultural que os sebos exercem na sociedade. Principalmente no diz respeito à democratização dos livros. Segundo ela, as obras podem e devem ser vistas como objetos de resistência cultural. “Hoje, o preço dos livros novos é muito alto, e isso reforça a ideia de que a leitura, infelizmente, é elitista”.

Ela ainda defende que esses estabelecimentos podem oferecer alternativas mais baratas e acessíveis, permitindo que pessoas de baixa renda se integrem ao mundo da poesia e literatura. “É uma resistência positiva porque promove a circulação de obras, dá novas chances de leitura e mantém o vínculo afetivo com o livro físico, em oposição ao consumo rápido e digital”.

Apesar de apaixonada pelo que faz, a livreira Daniele Helfstein não nega as dificuldades de manter uma loja física nos dias atuais. Pagar o aluguel é um dos maiores desafios para seguir com o projeto. Por conta do custo elevado, muitas lojas são obrigadas a se mudar para dentro da residência do próprio dono ou, no pior dos casos, declarar falência. Além disso, fatores relacionados às plataformas digitais alteram a dinâmica da existência dos sebos.

Com a popularização da modalidade de comércio eletrônico, o e-commerce, liderado por Amazon, Shopee e Mercado Livre, os sebos não apenas enfrentam concorrência de plataformas do mundo todo e também práticas desiguais de mercado. A principal delas é aquela que recebe o nome de dumping. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, essa ação ocorre quando uma empresa oferece produtos a preços bem abaixo da média no objetivo de prejudicar

ou eliminar concorrentes menores e atrair seus consumidores.

Gabrielle comenta que os estabelecimentos já perceberam essas mudanças e estão buscando alternativas para se diferenciarem. “Os sebos estão se reinventando com a implementação de novos espaços, como ambientes climatizados e locais de convivência com parte gastronômica. A paixão dos sebiastas mantém vários estabelecimentos ativos, resistindo às dificuldades”, completa a pesquisadora.

PLANOS FUTUROS

A livreira busca expandir ainda mais o projeto nos próximos anos. O foco é criar e levar oficinas de escrita criativa, contação de histórias e música para comunidades periféricas ao redor do Brasil, com o objetivo de incentivar a prática da leitura e gerar

engajamento de novos leitores nos locais mais carentes. Esse planejamento de caráter social reforça a importância dos estabelecimentos como espaços além do comércio e do intuito de gerar dinheiro. Como Gabrielle afirma, “os sebos não são só lojas de livros e objetos usados”. Eles são locais enraizados na cidade que carregam bagagem simbólica e histórica capaz de repassar conhecimentos e ensinamentos que se mantêm vivos no imaginário coletivo da população.

O Sebo Praia dos Livros está localizado na Rua Alceu Wamosy, número 34, próximo ao metrô Ana Rosa. O funcionamento é das 10h às 18h, de segunda a sexta-feira e das 11h às 15h aos sábados.

REPORTAGEM E DIAGRAMAÇÃO:
ANDERSON CARLOS E
ARTHUR COELHO



LEITURA: Daniele afirma que ler é parte da herança familiar
FOTO: ARTHUR COELHO

Consumo de filmes no cinema aumenta

População ainda sofre com complexos concentrados só nas metrópoles



CULTURA: REAG Belas Artes é um dos mais tradicionais cinemas de rua de São Paulo
FOTO: GIOVANNA CSISZAR

Em julho de 1967, na esquina da Rua da Consolação com a Avenida Paulista, foi inaugurado um dos principais pontos de encontro para cinéfilos da cidade de São Paulo. Conhecido como Cine Belas Artes na época, exibiu na inauguração o filme “Os Russos Estão Chegando”, uma comédia de guerra estadunidense do diretor Norman Jewison.

Hoje chamado de REAG Belas Artes, o cinema de rua é uma das poucas salas de exibição que resistiram à migração para grandes centros comerciais, como é o caso dos shoppings e das galerias, oferecendo à clientela uma programação que conta com produções de nicho e de diversas nacionalidades ao invés dos blockbusters - filmes de grandes orçamentos e apelo comercial.

Desde a sua reabertura após a pandemia - que causou o fechamento de 300 salas ao longo de 2020 - o REAG Belas Artes tem atraído cada vez mais o público com suas salas de “linhas retas”, que levam os nomes de artistas brasileiros: Leon Cakoff, Carmen Miranda, Rubens Ewald Filho, Helena Ignez, Luiz Carlos Merten e Léo Mendes.

Com poucos assentos e paredes de cores vibrantes, hoje o Belas Artes assume um importante papel na garantia do direito da população ao

acesso ao cinema, vendendo ingressos no caixa e alimentos e bebidas na bomboniere a um preço acessível.

Em contrapartida, o primeiro grande cinema dentro de um centro comercial foi inaugurado alguns anos antes. Em 1963, surgiu o Cine Rio, o atual Cine Marquise, localizado na altura do número 2.073 da Avenida Paulista. Em uma plateia com 500 lugares, o longa “O Assassino” foi exibido no dia da inauguração do estabelecimento. O local também foi o pioneiro para que as principais redes de cinema internacionais ganhassem espaço no Brasil, como Cinemark e Cinépolis.

Apesar das dificuldades enfrentadas tanto pelos cinemas de rua quanto pelas grandes redes durante a pandemia, além do crescimento de público nas plataformas de streaming, ainda há espectadores que preferem deixar o sofá de casa para desfrutar de uma poltrona e um telão de cinema. Nicolas Gabriel Silva, estudante do curso de Audiovisual da Escola Técnica Estadual (ETEC) Jornalista Roberto Marinho, afirma que essa experiência desperta sentimentos únicos no espectador:

“Assistir a um filme em uma sala de cinema não é nem um pouco parecido com assistir em casa, na tela do computador ou na televisão. A diferença da tela e do som é muito grande.

É muito sobre o momento, de estar ali inteiramente focado no filme e dedicado a apenas aquilo. O clima de estar reunido com muita gente tendo uma única experiência é muito bom. Imagina assistir um blockbuster que nem Vingadores sem um monte de gente gritando quando algum personagem faz algo que era muito esperado? Estar na sala de cinema afeta até em como você vai se sentir sobre o filme.”

Dentro ou fora de grandes centros comerciais, o cinema ainda tem a capacidade de encantar aqueles que buscam uma experiência coletiva e fora do comum com o longa exibido, e as pesquisas mostram que ainda existe um número significativo de pessoas interessadas em vivenciar esse tipo de imersão.

Segundo dados do levantamento da Agência Nacional de Cinema (ANCINE), mais de 125 mil pessoas marcaram presença nas salas de cinema em 2024, o maior número desde 2019, ano pré-pandêmico.

Ainda de acordo com a ANCINE, um em cada dez brasileiros que foi ao cinema em 2025, até agosto, assistiu a um filme nacional. Isso também mostra a importância da chamada “Cota de Tela”, medida legal que obriga as empresas exibidoras a incluírem obras de autoria nacional na programação desde o ano passado, com a regula-

mentação da Lei nº 14.814 e do Decreto nº 12.323.

A participação no mercado subiu de 1,4% do público, nos oito primeiros meses de 2023, para 11,2% em 2025. Contribuíram para esse crescimento sucessos como “Baby”, do diretor Marcelo Caetano, “Vitória”, estrelado por Fernanda Montenegro e dirigido por Andrucha Waddington e Breno Silveira, e “Ainda Estou Aqui”, longa de Walter Salles vencedor do Oscar de 2025 na categoria de Melhor Filme Internacional, que encerrou as suas últimas exhibições em abril deste ano após 21 semanas em cartaz.

Além disso, dos 766 longas exibidos em salas de cinema nacionais em 2024, 310 eram brasileiros, representando cerca de 40,4% das produções audiovisuais.

Quanto ao número de salas de exibição no Brasil, o crescimento também é evidente se comparado ao período pré-pandemia. Em 2024, o total de salas superou o de 2019, ainda que por uma diferença mínima.

Mas, em cidades localizadas no eixo fora da capital paulista, a realidade é um pouco diferente. Lorena Moreira, formada em Animação e moradora do município de Campinas, relata que já teve que se deslocar da região onde mora para consumir filmes no cinema: “Já tive que me locomover para cinemas mais distantes do local de onde eu moro por conta da pouca variedade de horários ou disponibilidade de sessões em salas comuns com preço mais acessível.”

De acordo com a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), São Paulo soma 386 salas só na capital. Além disso, em 11 dos 26 Estados brasileiros, há mais salas concentradas nas capitais do que no restante do território estadual.

Esse desequilíbrio afeta diretamente a população de regiões afastadas do centro, ampliando a desigualdade no acesso à cultura. Com menos salas disponíveis e a ausência de cinemas mais tradicionais em áreas afastadas, como o REAG Belas Artes, os preços tendem a ser ainda mais elevados.

“O grande problema dos cinemas brasileiros é a falta de acessibilidade para todos os públicos. Os cinemas estão muito concentrados em regiões mais urbanizadas e mesmo essas oferecem ingressos por um preço muito alto. Embora existam algumas formas de meia-entrada para estudantes e idosos, por exemplo, acredito que alguns programas com sessões gratuitas ou cinemas populares ajudariam a democratizar o acesso ao cinema no Brasil”, reflete Lorena.

Para exemplificar, o valor médio de um ingresso da modalidade inteira na rede Cinemark, uma das mais comuns em shoppings no Brasil, chega a variar de R\$35 a R\$50 nos fins de semana, custo equivale a um prato feito (o tradicional PF) em uma variedade de restaurantes no mesmo local.

“É completamente inviável algo assim, já que o mais comum é ir ao cinema com pelo menos 1 pessoa à mais. Nisso já são (em média) 80 reais — tirando o consumo de comida dentro ou fora do cinema. Pessoas que vão com as famílias gastam mais de 100 reais

com toda certeza, e isso quando podem”, comenta Nicolas.

A democratização do acesso ao cinema é uma questão que permeia a sociedade brasileira desde o início do século XXI. Segundo a ANCINE, em 2019, o país ocupava a 60ª posição no ranking de habitantes por sala, um cenário que já era preocupante antes mesmo da pandemia. Curiosamente, no mesmo ano, a questão chegou a virar tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o que deixa a reflexão para soluções que envolvam toda a população.

Com a expansão do mercado cinematográfico no país, o Brasil tem investido em políticas públicas de apoio ao setor audiovisual brasileiro e incentivo ao consumo das produções, sejam elas nacionais ou internacionais.

Uma das leis de fomento mais conhecidas em território nacional é a Lei nº 8.313, de 1991, popularmente chamada de Lei Rouanet. Desde a sua criação, a Lei Federal de Incentivo à Cultura tem o objetivo de “captar e canalizar recursos para o setor cultural de modo a facilitar o acesso de todas as pessoas do país às fontes da cultura e promover o pleno exercício dos direitos culturais, além de estimular e fomentar a produção, preservação e difusão cultural, principalmente por meio de incentivo fiscal concedido a quem patrocina esses projetos”.

Outro exemplo é a “Semana do Cinema”, campanha realizada desde 2022 pela Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas (Feneec), com apoio da Associação Brasileira das Empresas Exibidoras Cinematográficas Operadoras de Multiplex (Abraplex), Ingresso.com e Grupo Consciência, que promove nas redes de cinema brasileiras a venda de ingressos no valor de 10 reais durante um período do ano.

Durante a 6ª edição, que aconteceu de 6 a 9 de fevereiro deste ano, a ação bateu o recorde de público no fim de semana de abertura, com mais de 2,7 milhões de pessoas assistindo a filmes em salas de cinema de todo o país. Isso mostra que quando há incentivo, o público consome.

“Não é falta de interesse do público, nós podemos ver quando há a chamada “Semana do Cinema” quando os ingressos ficam a venda por 13 reais ou coisa parecida, que milhões vão ao cinema. Eles levam seus filhos, amigos e amores para passar um tempo assistindo filme, e tudo isso por conta de uma simples mudança nos preços. A democratização do cinema não é algo a ser discutido, é algo a ser executado. O povo quer sim ir ao cinema, mas como se irão gastar mais de 150 reais só para ir até shopping e assistir o filme? Tem muitas pessoas que não podem gastar essa quantia só pra ver filmes. A baixa dos preços não é a única solução, mas é com toda certeza a mais importante atualmente”, destaca Nicolas.

Vila tem maior cafezal urbano do mundo

Instituto une ciência e cultura em patrimônio vivo no coração do bairro

Há quem acorde atrasado, quem saia correndo e quem não goste muito de manhãs, mas quase todo brasileiro começa o dia com o primeiro gole quente. O cheiro inconfundível do café recém-passado atravessa todos os sentidos e faz parte de histórias de família: a avó no coador de pano, o pai preparando a garrafa térmica, a pausa do trabalho. No Brasil, o café deixa de ser hábito e se transforma em pertencimento, quase como previamente programado no sistema do brasileiro.

Esse hábito se reflete no consumo nacional. Segundo pesquisa da ABIC (Associação Brasileira da Indústria de Café), aproximadamente 96% da população do Brasil consome café diariamente. Isso aparece na fala de Alberto Ferreira, barman no Sherlock Coffee. “Café pra mim é isso, marca histórias, cria momentos”. É essa relação afetiva que faz com que a existência de um

grande cafezal em meio à grande São Paulo - o maior cafezal urbano do mundo -, surpreenda qualquer um. No coração da Vila Mariana, o local é um ambiente vivo que contrasta com a selva de concreto ao redor.

Oficialmente plantado em 1955, o Cafezal Urbano do Instituto Biológico de São Paulo parece conversar com quem passa por ele. Especialistas, pesquisadores e frequentadores o tratam como um “guardião” da memória do café no Brasil - um marco histórico que remete a relação econômica, cultural e afetiva do país com o café.

Desde a introdução no cotidiano alimentar do brasileiro, quando as primeiras mudas chegaram ao país em 1727, o café também recebeu grande importância na economia nacional. No século XIX, o Brasil se tornou o maior produtor de café - posição mantida até os tempos atuais - com uma produção que corresponde a 38% do cultivo mundial. A importância do café é tanta que impulsionou ferrovias, atraiu imigrantes, estimulou a urbanização e deu nome a um período histórico: República Café com Leite, dos anos de 1889 a 1930.

Foi exatamente nessa época que os chamados “Barões do Café” criaram o Instituto Biológico do Estado de São Paulo, em 1927, para combater a principal praga que assolava as colheitas de café: a broca-do-café, parasita que come o interior do grão, prejudicando a qualidade. E mesmo com a crise econômica da Bolsa de Nova Iorque de 1929, a qual derrubou bruscamente o valor da saca do produto, sua importância ainda permanece para a população e a Vila Mariana guarda lembranças desse período.

Atualmente, o Cafezal da Vila Mariana segue cumprindo uma dupla função: servir como área de pesquisa sobre pragas e manejo sustentável do café e preservar a memória de uma das culturas agrícolas mais importantes do país. Mesmo integrado ao ritmo urbano, o espaço mantém a função científica ativa, com estudos que dão continuidade ao trabalho iniciado quase um século atrás. É um território onde ciência e história se encontram, como bem resume Harumi Hojo, pesquisadora-chefe e coordenadora do Instituto Biológico. “O cafezal é isso, remete à nossa história e às nossas práticas de controle biológico”.

Essa presença também tem impacto direto no bairro e na relação dos moradores com o espaço. “Isso é importante para o café, para o bairro e para a história brasileira, que passa muito pelo café. É como o brasileiro é apaixonado por isso. Ele gosta, faz

parte do dia a dia”, diz Tiago Alves, barista também na cafeteria Sherlock Coffee - vizinha do cafezal. Para ele e para os admiradores de café, o lugar reforça um vínculo que parece intuitivo: o café é parte da

identidade nacional e, ali, essa relação se materializa.

A divulgação científica, embora não seja o primeiro atrativo para quem visita o cafezal, rapidamente conquista quem entra nos caminhos entre os pés de café. “Ciência é isso: desmistificar. Tem gente que vem aqui achando que vai ver só plantinha e sai falando de entomologia. E é importante divulgar isso. A ciência precisa chegar às pessoas para virar realidade”, diz Harumi. Além da possibilidade de saber mais sobre variedades, polinizadores e o processo de produção para que o café chegue na mesa de casa, os visitantes podem entender a importância deste espaço para a produção nacional. Foi ali que os principais estudos foram realizados para manter a qualidade do café no país.

Além da relevância histórica e científica, o cafezal do Instituto Biológico oferece experiências que nenhum outro cafezal urbano no mundo proporciona: a possibilidade de viver o ciclo do café de perto. É essa singularidade que atrai visitantes do mundo inteiro, interessados em conhecer o grão antes da torra, antes da moagem, antes da xícara. “Eu costumo dizer que talvez seja o único [cafezal] com visita e colheita. Em termos de vivência, é único”, reforça a pesquisadora do espaço.



PLANTIO: Cafezal possui aproximadamente 2.200 pés de café de diferentes variedades
FOTO: GIOVANNA RAMOS

Turistas vivem experiências do cultivo e da colheita do café

A existência de um espaço onde afeto e ciência se encontram consolida um privilégio cultural, que mantém o bairro cada vez mais conectado com a natureza e as memórias construídas. O cafezal é aberto ao público durante todo o ano, com agendamento prévio. São moradores da Vila Mariana, curiosos de outras regiões da cidade e até turistas estrangeiros.

No dia da reportagem, mesmo sem visita aberta, um grupo de norte-americanos aguardava a oportunidade de entrar. “Tem mês que vem mais, tem mês que vem menos. Em média, 150 a 200 pessoas por mês. No evento da colheita, a gente chegou a agendar duzentas pessoas. O legal é que a gente não faz degustação, mas mesmo assim o pessoal vem pra conhecer o espaço”, explica a pesquisadora Harumi Hojo.

Uma das principais atividades do cafezal é o evento Sabor da Colheita, realizado anualmente em maio, mês que comemora o dia do café. É quando o público participa da colheita que será consumida no próximo ano. “Durante o evento, a gente sempre tenta servir o café da colheita anterior. O pessoal adora, é legal porque quem colheu no ano passado prova o café no ano seguinte. Cria uma memória, sabe? O cafezal é isso, remete à nossa história e às nossas práticas de contro-

le biológico”, afirma a coordenadora do espaço.

Para muitos, essa vivência desperta uma sensação familiar, como descreve Alberto Ferreira, barman que visitou o espaço. “Sinceramente, foi muito gostoso. Foi como se eu tivesse fazendo um passeio no campo, como naquelas visitas de escola.” A experiência o marcou tanto que ele decidiu escrever um texto com título “Descobertas: Cafezal Urbano”, registrando as memórias que o cafezal despertou.

E, por mais surpreendente que pareça, estar em meio à cidade nunca foi um obstáculo para o cafezal do Instituto Biológico. Mesmo em meio à constante poluição presente na maior cidade do país, o cafezal se torna um oásis no meio do bairro, imune até às mudanças climáticas que constantemente afetam o meio ambiente. “Talvez se fosse outro bairro, sem tanto verde, seria diferente, mas a Vila Mariana é bem arborizada”, diz Harumi.

Esta presença verde é sentida no dia a dia dos frequentadores do bairro. “Eu acho que essa região é a mais limpa e sustentável. As casas aqui não são muito uma em cima da outra, têm prédios, mas é bem ventilado. Então, para gente é um ambiente mais limpo, não só da cafeteria, mas sim do espaço ao redor”, defende Tiago Alves, que trabalha há quase dois anos em uma

cafeteria da Vila Mariana.

A relação entre o café e os brasileiros ultrapassa gerações, carregando afeto e ancestralidade. Não há dúvidas sobre a importância socioeconômica para o Brasil, que se consagra até hoje como o principal produtor e exportador de café do mundo. É fonte de renda, gerador de empregos e um motor para a economia do país.

REPORTAGEM E DIAGRAMAÇÃO:
GIOVANNA RAMOS, GUSTAVO
LAUREANO E LARISSA LIMA

Café e saúde

Além de ser um elemento cultural, o café pode influenciar na saúde através do aumento da energia e da disposição, colaborar em atividades físicas, e também com função antioxidante, que ajuda na prevenção de doenças. O uso em excesso, porém, pode trazer o agravamento de quadros de insônia, ansiedade e problemas digestivos. É recomendado não exceder o consumo de 200ml de café por dia, e de preferência, no período da manhã, para não prejudicar o sono.



FOTO: LARISSA LIMA

Boteco mantém viva a tradição regional

'Quem frequenta, guarda para a vida toda', diz Gilberto, cliente há 45 anos

Na Vila Mariana ainda é possível encontrar botecos que parecem ter parado no tempo. Entre tantos novos empreendimentos e a chegada de universidades, alguns resistem mantendo a tradicionalidade. Esses lugares contam parte da história do bairro e ajudam a entender a relação que os moradores têm com a tradição e a memória. Mais do que pontos de encontro, os bares tradicionais guardam lembranças de um bairro que muda o tempo todo, mas que ainda encontra, em certos endereços, um refúgio de familiaridade.

Fundado há quase 70 anos por imigrantes portugueses, o bar A Juriti mantém a tradição pelos detalhes. O local continua com o mesmo balcão, os mesmos petiscos e um público que atravessa gerações. "A gente tenta manter tudo como meus pais fizeram: o tempero, o atendimento, até o balcão é o mesmo", conta Fábio Pires, que herdou a administração do pai e hoje cuida do espaço.

Por dentro, o ambiente parece congelado no tempo: quadros com recortes de jornais e revistas contam histórias de décadas. "As pessoas vêm e falam: 'há 40 anos eu vinha aqui com meu pai, e está tudo igualzinho', eles vem para matar a saudade", comenta o dono. O cardápio único, repleto de frutos do mar, se mantém o mesmo em uma tabela de preços antiga, pendurada na parede do bar.

Para frequentadores antigos e moradores do bairro, preservar a aparência do espaço é essencial, como relata Gilberto Rodrigues, frequentador assíduo há 45 anos. "As mudanças são mínimas para não perder a tradição, é tão mínima que não dá nem para contar". A única reforma do local aconteceu em 1986, ano da Copa do Mundo no México, mudando piso e parte das instalações, desde então toma apenas "medidas paliativas" e realiza reparos para manter a identidade do estabelecimento.

A preservação de ambientes como esses proporcionam uma sensação de conforto para todos que ali frequentam. "Esse lugar faz parte da memória social, da memória afetiva das pessoas. Eles ajudam a criar essa marca de memória. Exatamente porque ele tem uma série de histórias que se passam

em volta dele", comenta Moacir Assunção, mestre em História Social e jornalista.

Para muitos, manter a essência do bar é o que o diferencia de outros, criando elos de amizade e relação próxima com os trabalhadores.

Todos se conhecem há muito tempo, que cria um elo de amizade muito forte, e acaba parecendo mais um clube

Gilberto Rodrigues, 62 aposentado

A relação de pertencimento e convivência que se forma em torno da "rainha dos petiscos" não é apenas uma coincidência. Para Moacir Assunção, botecos tradicionais têm papel fundamental na construção da identidade cultural dos bairros. "São muito importantes, eles formam parte dessa identidade cultural, porque o bar funciona como um espaço de socialização em que as pessoas se encontram, conversam."

QUEM MANDA NESSA MESA?

Os 'Chefes de cadeira'

"Chefes de cadeira" é o termo utilizado por funcionários e frequentadores, para se referir aos clientes mais antigos do boteco. Grande parte dos clientes atuais passou a visitar o bar por influência dos pais, décadas antes, mantendo até hoje a tradição que passa de geração para geração.



SABORES: Frutos do mar, petiscos clássicos da casa

FOTO: ISABELA ALMEIDA



HERANÇA: Fábio Pires, atual responsável pelo A Juriti, herdou a administração do pai

FOTO: ISABELA ALMEIDA

Clientes fieis preservam o bar na memória coletiva do bairro

Com a transformação da região em "berço universitário", o perfil da Vila Mariana também mudou. O bairro, antes conhecido pela vida boêmia e pelos comércios de família, passou a receber cada vez mais estudantes nos bares. Junto com os clientes mais antigos, a juventude também tem a "carteirinha" de cliente fiel.

Para quem trabalha no local, a presença universitária não apagou a essência do lugar, mas trouxe novas oportunidades e clientes, "revitalizando" a clientela. "Antigamente não aceitávamos cartão de crédito, era só dinheiro ou cheque. Com a modernidade, as pessoas mais jovens começaram a pagar com cartão. Agora o pix, à internet, marketing", comenta Fábio Pires, proprietário do bar.

A diferença está na mistura de gerações que o boteco abriga. Em um mesmo balcão, é comum ver antigos moradores dividindo espaço com estudantes recém-chegados. Para Gilberto, frequentador há mais de quatro décadas, o perfil do público não mudou, mas aumentou. "Os jovens querem conhecer aqui também. Mas a raiz permanece, que são a velha guarda, praticamente. Pai, avô, neto".

Em meio a novos espaços que surgem no bairro, a "rainha dos petiscos" parece resistir a esse tipo de modernização. "Muita coisa vai gourmetizar, mas a gente tem uma linha de pensamento, temos essa cultura de querer manter a tradição e o estilo igual", comenta Fábio. A escolha pela simplicidade é o que, segundo os fregueses, torna o boteco especial. "Aqui é diferente. Você entra e se sente em casa. Todo mundo se conhece", resume Gilberto.

Entre as transformações da cidade, a resistência de botecos como A Juriti

vai além da tradição, é também uma forma de preservar a memória cultural. Para Moacir Assunção, o valor desses locais é patrimonial. "É importante que esses lugares permaneçam vivos, porque eles são retratos de uma época e viram um espaço turístico."

Esses bares tradicionais devem virar parte do patrimônio cultural da cidade e ser defendidos como se fossem, de fato

Moacir Assunção, jornalista e historiador

Defender bares históricos é preservar a urbanidade e a socialização das pessoas. "É importante a gente ter esses lugares históricos preservados diante de uma cidade que nem respeita seus limites", complementa Moacir.

Pensar na possibilidade de um dia A Juriti deixar de existir parece até insensato para os fiéis frequentadores do boteco. Em uma cidade que se transforma tão depressa, o que se perde quando esses lugares desaparecem são as memórias e a possibilidade de que novas gerações se conectem com a identidade cultural.

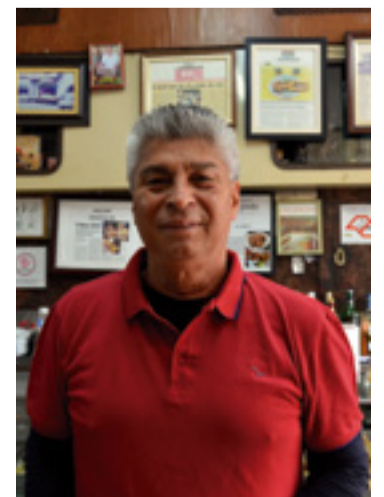
"Seria uma perda muito grande, porque é um bar tradicional, raiz da região. Você vai procurar alternativas,

mas vai ficar aquela saudade, que nunca acaba, a vida toda", revela Gilberto. Para fregueses de longa data, nenhum outro estabelecimento apagaria a memória marcante do boteco e de seu cardápio ímpar de frutos do mar. "Quem frequenta, quem conhece, vai guardar pra vida toda", finaliza Gilberto.

Para o historiador Moacir Assunção, a perda de espaços como o A Juriti significaria mais do que o fechamento de um bar, sinaliza o apagamento de uma parte da memória coletiva da cidade. "Como se fossemos uma pessoa que perdesse um pedacinho da sua memória", comenta. O jornalista acredita que sem essas memórias a cidade se tornaria mais cinza, complexa e triste para viver.

Em um bairro que muda sem pausa, A Juriti segue como uma espécie de resistência silenciosa, um lembrete de que tradição também é futuro, e que preservar memórias é uma forma de continuar existindo.

REPORTAGEM E DIAGRAMAÇÃO: ISABELA ALMEIDA E MILENA DOMINGUES



MEMÓRIA: Gilberto guarda histórias de 45 anos no local

FOTO: ISABELA ALMEIDA